

Goiânia, 8 a 11. junho. 2021

XXVI Encontro Nacional de Economia Política

Centralidade do trabalho e crise do capital no mundo pós-pandêmico



ORGANIZAÇÃO

SEP
Sociedade Brasileira de Economia Política

UFG
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS

XXVI Encontro Nacional de Economia Política

**Centralidade do trabalho e crise do capital
no mundo pós-pandêmico**

**“Nada será como antes, amanhã”?
Trabalho, crise e pandemia**

**ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 26, 2021, UFG, GOIÂNIA – GO |
EVENTO VIRTUAL, CADERNO DE RESUMOS... GOIÂNIA: SEP, 2021.**

PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO

Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)

APOIOS E PATROCÍNIOS

UFG – Universidade Federal de Goiás

CADERNO DE RESUMOS

ORGANIZAÇÃO DO CADERNO

João Leonardo Medeiros (UFF, Presidente da SEP)

Ellen Lucy Tristão (UFVJM, Diretora da SEP)

Pedro Henrique Evangelista Duarte (FACE, UFG)

ARTE DA CAPA

Francine Sakata/NK&F

O conteúdo dos textos é de exclusiva responsabilidade dos autores.

ISSN

2177-8345

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA – SEP

PRESIDENTE DE HONRA

Paul Singer

PRESIDENTE

João Leonardo Medeiros (UFF)

VICE-PRESIDENTE

Marisa Silva Amaral (UFU)

DIRETORIA

Ellen Lucy Tristão (UFVJM)

Marcelo Dias Carcanholo (UFF)

Maria de Lourdes Rollemberg Mollo (UnB)

Marco Antonio Rocha (UNICAMP)

Giliad de Souza Silva (UNIFESSPA)

Henrique Pereira Braga (UFES)

Leda Maria Paulani (USP)

Marcelo José Braga (ANPEC)

José Rubens Damas Garlipp (ANGE)

María Josefina Morales Ramírez (SEPLA)

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA – SEP

Endereço: Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense

Campus do Gragoatá – Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/n

BLOCO F – São Domingos – Niterói, RJ – CEP 24210-350

CONTATO

Email: sep@sep.org.br

Site: www.sep.org.br

COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL

Ellen Lucy Tristão (UFVJM)
Marcelo Dias Carcanholo (UFF)
Maria de Lourdes Rollemberg Mollo (UnB)
Marco Antonio Rocha (UNICAMP)
Giliad de Souza Silva (UNIFESSPA)
Henrique Pereira Braga (UFES)
Leda Maria Paulani (USP)
Marcelo José Braga (ANPEC)
José Rubens Damas Garlipp (ANGE)
María Josefina Morales Ramírez (SEPLA)

COMISSÃO ORGANIZADORA LOCAL

Adriana Ferreira Silva (FACE - Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, UFG)
Antonio Marcos de Queiroz (FACE, UFG)
Caio Antunes (Faculdade de Educação Física e Dança, UFG)
Claudia Regina Rosal Carvalho (FACE, UFG)
David Maciel (Faculdade de História, UFG)
Débora Chaves Meireles (FACE, UFG)
Everton Sotto Tibiriçá Rosa (FACE, UFG)
Felipe Queiroz Silva (FACE, UFG)
Flávia Rezende Campos (FACE, UFG)
Joana Alice Ribeiro de Freitas (Faculdade de Educação, UFG)
Pedro Henrique Evangelista Duarte (FACE, UFG)
Larissa Barbosa Cardoso (FACE, UFG)
Tiago Camarinha Lopes (FACE, UFG)
Thiago Cavalcante de Souza (FACE, UFG)

COMITÊ CIENTÍFICO

Ellen Lucy Tristão (UFVJM, Diretora da SEP)
Marisa Silva Amaral (UFU, Vice-presidente da SEP)
Maria de Lourdes Rollemberg Mollo (UnB, Diretora da SEP)

ÁREAS TEMÁTICAS E SUAS RESPECTIVAS COMISSÕES CIENTÍFICAS

1. METODOLOGIA E HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

Henrique Braga (UFES) e Manuel Ramon Souza Luz (UFABC)

2. HISTÓRIA ECONÔMICA

David Maciel (UFG) e Pedro Cezar Dutra Fonseca (UFRGS)

3. ECONOMIA E CONJUNTURA BRASILEIRA

Claudia Carvalho (UFG) e Rubens Sawaya (PUC-SP)

4. TEORIA DO VALOR, CAPITALISMO E SOCIALISMO

Marcelo Carcanholo (UFF) e Nelson Rosas Ribeiro (UFPB)

5. DINHEIRO, FINANÇAS INTERNACIONAIS E CRESCIMENTO

Everton Rosa (UFG) e Vanessa Petrelli (UFU)

6. ESPAÇO E MEIO AMBIENTE NO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

Flavia Rezende (UFG) e Nazira Camely (UFF)

7. ESTADO, TRABALHO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Débora Meireles (UFG) e José Rubens Damas Garlipp (UFU)

8. ACUMULAÇÃO, INDÚSTRIA E TRANSFORMAÇÃO TECNOLÓGICA

Felipe Queiroz (UFG) e Marco Antonio Rocha (UNICAMP)

9. GÊNERO, RAÇA E ECONOMIA POLÍTICA

Roberta Traspadini (UNILA) e Leda Paulani (USP)

10. ÁREA ESPECIAL: ECONOMIA POLÍTICA DA AGROPECUÁRIA E DA MINERAÇÃO

Giliad de Souza Silva (UNIFESSPA) e Adriana Ferreira (UFG)

11. PÔSTERES

Antônio Queiroz (UFG) e Lucas Marques (UFG)

SUMÁRIO

8	Apresentação
10	Programação Completa
12	Atividades dos Grupos de Trabalho
14	Panorama das Sessões
17	Programação das Sessões Ordinárias
26	Programação das Sessões de Comunicações
28	Programação da Sessão de Pôsteres
29	Resumos das Sessões Ordinárias
30	Área 1. Metodologia e história do pensamento econômico
34	Área 2. História econômica
37	Área 3. Economia e conjuntura brasileira
43	Área 4. Teoria do valor, capitalismo e socialismo
48	Área 5. Dinheiro, finanças internacionais e crescimento
53	Área 6. Espaço e meio ambiente no desenvolvimento capitalista
55	Área 7. Estado, trabalho e políticas públicas
65	Área 8. Acumulação, indústria e transformação tecnológica
70	Área 9. Gênero, raça e economia política
72	Área 10. Área especial: economia política da agropecuária e da mineração
74	Resumos das Comunicações
83	Descrição dos Pôsteres

APRESENTAÇÃO

No *XXVI Encontro Nacional de Economia Política*, nossa querida SEP completa 25 anos. A fundação da Sociedade ocorreu no dia 08 de junho de 1996 durante o *I Encontro Nacional de Economia Clássica e Política*, sendo este o título do Encontro que, após a segunda edição, foi rebatizado com o título atual. A conjuntura que motivou a fundação da SEP envolvia um misto de pequenas e grandes tragédias que atuaram, em frentes diversas, como elemento aglutinador de pessoas, ideias e movimentos não apenas insatisfeitos, mas capazes de sustentar com bons argumentos, eventualmente científicos, sua contrariedade e expressá-la na prática. Somos o produto da luta contra o neoliberalismo, então apresentado como futuro inevitável da sociedade, e contra a uniformização do pensamento no domínio da reflexão em que atuamos, o da ciência econômica.

Hoje, estamos diante de uma situação-limite. Não se trata mais de enfrentar uma orientação política e ideológica em favor de uma forma de sociedade apresentada como virtuosa, ainda que no longo prazo. Não se trata mais de enfrentar um pensamento autodeclarado como o único racional e, portanto, merecedor da chancela da ciência. Trata-se de uma declarada afirmação do privilégio econômico e político de uma minoria já endinheirada e poderosa, por um lado, e da eventual eliminação de camadas amplas da população, por outro. Trata-se da justificação desse projeto de exclusão em massa não pelo discurso racional, científico ou não, mas pelo fundamentalismo místico e/ou religioso conjugado com a mão armada.

Os próximos anos certamente serão duríssimos, acima de tudo, pelo quadro econômico aterrador, que hoje desemprega cerca de 15 milhões de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros e lança outro contingente expressivo no desalento. Ademais, a disputa política entre o projeto de exclusão deliberada e um projeto humanista seguirá colocando o país em pé de guerra. Instituições usualmente identificadas com a esquerda – isto é, sindicatos, movimentos sociais e alguns partidos – precisarão testar sua capacidade de superar desavenças já consolidadas. Instituições usualmente identificadas com a direita – isto é, a grande mídia, as associações de classe, os grupos empresariais e muitos partidos – terão de decidir se continuarão ignorando a ameaça civilizatória em troca de dinheiro fácil e rápido. Para apoiar o projeto humanista e enfraquecer a exclusão deliberada, é preciso um enorme esforço prático e teórico e é justamente isso que torna instituições como a SEP mais necessárias do que nunca.

Nos últimos 25 anos, a SEP não se omitiu, não se vendeu, não se curvou. Passamos por conjunturas políticas diversas sem ceder 1 milímetro de nossa posição crítica. A instituição não foi criada para bajular governos e omitir problemas, mas para exercer a saudável crítica, mostrar alternativas e dimensionar o tamanho da transformação social necessária para torná-las efetivas. Chegamos a esse *XXVI Encontro Nacional de Economia Política* certamente fortalecidos como instituição, ainda que sob ataque, sobretudo orçamentário.

O Encontro de 2021 discute questões classicamente abordados pela economia política: a centralidade do trabalho e a crise. O tema do evento, *Centralidade do trabalho e crise do capital no mundo pós-pandêmico*, expressa a atualidade da discussão. O pequeno texto que o acompanha como um subtítulo, *“Nada será como antes, amanhã”? Trabalho, crise e pandemia*, revela o ineditismo da conjuntura. Certamente teremos mais um grande evento e certamente dele brotarão ideias e orientações para a prática muito importantes para os próximos anos. Cruzamos nosso primeiro quarto de século e seguiremos com força para as décadas seguintes.

João Leonardo Medeiros
Presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política
Niterói, 08 de junho de 2021

PROGRAMAÇÃO COMPLETA

Terça-feira, 08/06

09:00 – 12:00

Minicursos:

- 1 – Grupo de Trabalho Economia Política da Amazônia
- 2 – Grupo de Trabalho Pensamento Marxista
- 3 – Grupo de Trabalho Teoria Marxista da Dependência

14:00 – 17:00

Minicursos:

- 4 – Grupo de Trabalho História do Pensamento Econômico Brasileiro
- 5 – Grupo de Trabalho Economia Política da Macroeconomia

18:00 – 21:00

Sessão Especial 25 Anos da SEP | Homenagem ao professor Mario Duayer

Paulo Nakatani (UFES), Victor Hugo Klagsbrunn (UFF)
 Coordenador: Pedro Henrique Evangelista Duarte (UFG)

Quarta-feira, 09/06

09:00 – 12:00

Reuniões dos Grupos de Trabalho:

- GT Economia Política da Amazônia
- GT Economia Política da Macroeconomia
- GT Teoria Marxista da Dependência
- GT História do Pensamento Econômico Brasileiro
- GT Pensamento Marxista

14:00 – 17:00

Sessão Especial de Economia Política – Prof. Reinaldo Carcanholo: A crise internacional e o fim do fim do trabalho

Maria de Lourdes Mollo (UnB) e Jorge Grespan (USP)
 Coordenadora: Débora Meirelles (UFG)

18:00 – 19:00

Abertura Oficial

Reitor da UFG
 Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, UFG
 Presidente da SEP
 Presidente da SEPLA

Secretário Executivo da ANPEC
Presidente da ANGE
Membro da Comissão Organizadora Local

19:00 – 21:00

Painel I – Centralidade do trabalho, crise do capital e América Latina

Adrián Sotelo Valencia (UNAM - México) e Renán Vega Cantor (Universidad Pedagógica Nacional - Colômbia)
Coordenador: Caio Antunes

Quinta-feira, 10/06

10:30 – 12:00 – Debate em tempo real

Sessões ordinárias – mesas 1 a 7
Sessão de comunicações I

14:30 – 16:00 – Debate em tempo real

Sessões ordinárias – mesas 8 a 14
Apresentação de pôsteres

16:00 – 18:00

Assembleia da SEP

19:00 – 21:30

Painel II – Trabalho e saúde no contexto de crise

Rosa Maria Marques (PUC-SP) e Luiz Allan Künzle (UFPR)
Coordenadora: Joana Freitas

Sexta-feira, 11/06

10:30 – 12:00 – Debate em tempo real

Sessões ordinárias – mesas 15 a 21
Sessão de comunicações II

14:30 – 16:00 – Debate em tempo real

Sessões ordinárias – mesas 22 a 28
Sessão de comunicações III

17:00 – 20:00

Painel III – O futuro do trabalho no mundo pós-pandêmico

Ludmila Costhek Abílio (UNICAMP) e Ricardo Antunes (UNICAMP)
Coordenador: Tiago Camarinha Lopes

ATIVIDADES DOS GRUPOS DE TRABALHO

Grupo de Trabalho Economia Política da Amazônia

Terça-feira, 08/06/2021 | 9:00-12:00

Minicurso 1: Passando a Boiada? De ataques e desmontes à resistência

Dia 1: Debatendo o "estado da arte"

Coordenadores do GT: Giliad de Souza Silva, Nazira Camely, Gilberto Marques

Quarta-feira - 09/06/2021 | 09:00 - 12:00

Minicurso 1 (cont.): Passando a Boiada? De ataques e desmontes à resistência

Dia 2: Vivências e experiências

Coordenadores do GT: Giliad de Souza Silva, Nazira Camely, Gilberto Marques

Grupo de Trabalho Pensamento Marxista

Terça-feira, 08/06/2021 | 9:00-12:00

Minicurso 2:

Parte 1: Apresentação do livro traduzido para o português de Alfredo Saad-Filho e Ben Fine "O Capital de Marx"

Expositor: Alfredo Saad-Filho (SOAS, Inglaterra)

Comentários: Bruno Höfig (Unicamp/Jacobs University Bremen)

Coordenação: Débora Machado Nunes (Colorado State University)

Parte 2: Roda de conversa sobre agendas de pesquisa em economia marxista

Expositores: Ellen Lucy Tristão (UFVJM), Lucas Rodrigues (Unifesspa) e Alessandro Miebach (UFRGS)

Coordenação: Leonardo Segura Moraes (UFU)

Quarta-feira - 09/06/2021 | 09:00 - 12:00

Reunião organizativa do GT

Coordenação: Tiago Camarinha Lopes (UFG)

Grupo de Trabalho Teoria Marxista da Dependência

Terça-feira, 08/06/2021 | 9:00-12:00

Minicurso 3: O Imperialismo no Século XXI

Coordenadores: Bruna Ferraz e Gabriel Oliveira

Quarta-feira – 09/06/2021 | 09:00 - 12:00

Atividade: reunião do GT em articulação com o GT-TMD/SEPLA

Coordenadores: Marisa Amaral e Rodrigo Borges

Grupo de Trabalho História do Pensamento Econômico Brasileiro

Terça-feira, 08/06/2021 | 14:00-17:00

Minicurso 4: Intérpretes do Brasil: método para a história do pensamento econômico brasileiro

Coordenadores: Carla Curty, Matheus Fernando Sadde e Maria Malta

Quarta-feira – 09/06/2021 | 09:00 - 12:00

Debate sobre a importância da cultura para o desenvolvimento.

Convidada/os:

- 1) Angela Ganem (UFRJ) – Indústria cultural, cultura e valores;
- 2) Luise Villares (MAR e LEMA) – Cultura na pandemia
- 3) Gabrielle Gonçalves (UFRJ) – Por que é necessário um Ministério da Cultura no Brasil
- 4) Rafael Zincone (PUC) – O que ouvem as massas? Cultura e desenvolvimento no Brasil do “Milagrinho” ao Golpe

Coordenação: Julia Levy (HCTE/UFRJ), crítica de cinema

Grupo de Trabalho Economia Política da Macroeconomia

Terça-feira, 08/06/2021 | 14:00-17:00

Minicurso 5: "Gastos Públicos, tributação e Crescimento", englobando a reflexão sobre a enorme expansão atual dos gastos nos EUA

Expositor: Carlos Pinkusfeld Bastos (UFRJ)

Quarta-feira – 09/06/2021 | 09:00 - 12:00

Atividade: debate sobre o tema Teto de Gastos, desmonte de políticas sociais e crítica ao discurso da “falta de dinheiro”

Expositores: Esther Dweck (UFRJ) e Pedro Rossi (Unicamp)

PANORAMA DAS SESSÕES

Quinta-feira, 10/06

10:30 – 12:00 – Debate em tempo real

Sessões Ordinárias – Mesas 1 a 7

Mesa 1. Expansão colonial, questão nacional e escravidão

Trabalho 336 | Trabalho 359 | Trabalho 384

Mesa 2. Política econômica e crescimento

Trabalho 294 | Trabalho 378 | Trabalho 390

Mesa 3. As leis gerais da sociabilidade capitalista em Marx: alienação, acumulação e taxa de lucro

Trabalho 343 | Trabalho 379 | Trabalho 392

Mesa 4. Sobre o Estado: ontologia, racionalidade e política estatal neoliberais

Trabalho 288 | Trabalho 366 | Trabalho 381

Mesa 5. Estado e gasto público em debate

Trabalho 286 | Trabalho 386 | Trabalho 397

Mesa 6. Tecnologia, cadeias globais de valor e imperialismo

Trabalho 287 | Trabalho 297 | Trabalho 347

Mesa 7. Espaço e meio ambiente no desenvolvimento capitalista

Trabalho 316 | Trabalho 333 | Trabalho 407

Sessão de Comunicações I. As ideias econômicas e seu lugar

Trabalho 283 | Trabalho 301 | Trabalho 308 | Trabalho 320 | Trabalho 403

14:30 – 16:00 – Debate em tempo real

Sessões Ordinárias – Mesas 8 a 14

Mesa 8. A construção da Macroeconomia no século XX: diálogos e consequências

Trabalho 259 | Trabalho 295 | Trabalho 400

Mesa 9. Dependência e desenvolvimento

Trabalho 252 | Trabalho 270 | Trabalho 372

Mesa 10. Dinheiro, financeirização e capitalismo contemporâneo

Trabalho 266 | Trabalho 319 | Trabalho 362

Mesa 11. Reforma fiscal/tributária

Trabalho 335 | Trabalho 341 | Trabalho 370

Mesa 12. Mercado de trabalho no Brasil em tempos de pandemia

Trabalho 278 | Trabalho 314 | Trabalho 411

Mesa 13. O trabalho sob ataque neoliberal: a reforma trabalhista de 2017 no Brasil

Trabalho 276 | Trabalho 354 | Trabalho 395

Mesa 14. Indústria, inovação e desenvolvimento no Brasil

Trabalho 331 | Trabalho 345 | Trabalho 373

Sessão de pôsteresTrabalho 282 | Trabalho 327 | Trabalho 339 | Trabalho 377 | Trabalho 385 |
Trabalho 410**Sexta-feira, 11/06****10:30 – 12:00** – Debate em tempo real**Sessões Ordinárias – Mesas 15 a 20**

Mesa 15. Pluralismo, interdisciplinaridade e pensamento econômico

Trabalho 279 | Trabalho 285 | Trabalho 365

Mesa 16. Questões da crise atual

Trabalho 344 | Trabalho 376 | Trabalho 414

Mesa 17. Imperialismo, dependência e troca desigual

Trabalho 292 | Trabalho 307 | Trabalho 360

Mesa 18. Políticas públicas de emprego e de transferência de renda em debate

Trabalho 293 | Trabalho 304 | Trabalho 398

Mesa 19. Trabalho em tempos de déficit de proteção social

Trabalho 265 | Trabalho 290 | Trabalho 300

Mesa 20. Transformação produtiva sem equidade

Trabalho 323 | Trabalho 337 | Trabalho 356

Sessão de Comunicações II. Desigualdades sociais e no mercado de trabalho e o alcance das políticas públicas

Trabalho 264 | Trabalho 357 | Trabalho 368 | Trabalho 383 | Trabalho 393

14:30 – 16:00 – Debate em tempo real**Sessões Ordinárias – Mesas 21 a 27**

Mesa 21. Temas e problemas na crítica da economia política

Trabalho 309 | Trabalho 350 | Trabalho 351

Mesa 22. O Brasil neoliberal: história, ideologia e crises

Trabalho 255 | Trabalho 321 | Trabalho 389

Mesa 23. Novas institucionalidades

Trabalho 262 | Trabalho 306 | Trabalho 322

Mesa 24. Financeirização e países periféricos

Trabalho 284 | Trabalho 353 | Trabalho 416

Mesa 25. Especialização produtiva, efeitos econômicos e institucionais

Trabalho 318 | Trabalho 394 | Trabalho 402

Mesa 26. Mundo do trabalho: transformações e desafios em tempos de crise

Trabalho 291 | Trabalho 388

Mesa 27. Gênero e raça na acumulação capitalista

Trabalho 312 | Trabalho 328 | Trabalho 401

Sessão de Comunicações III. Neoliberalismo e crise: tendências no mundo do trabalho e o colapso socioambiental

Trabalho 342 | Trabalho 355 | Trabalho 399 | Trabalho 406 | Trabalho 415

PROGRAMAÇÃO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS

Sessões Ordinárias – Mesas 1 a 7

Quinta-feira, 10/06, 10:30 – 12:00 – Debate em tempo real

Mesa 1. Expansão colonial, questão nacional e escravidão

Coordenador: Antonio V. B. Mota Filho (UNICAMP)

336. OS PRIMEIROS ESCRITOS DE ROSA LUXEMBURGO SOBRE A QUESTÃO POLONESA

Antonio V. B. Mota Filho (Unicamp)

359. RESISTÊNCIA E TRABALHO DOS ESCRAVIZADOS NO RIO DE JANEIRO, ENTRE 1870 E 1879

Gabriel A. A. Rossini (UFABC), Ramatis Jacino (UFABC)

384. ESCRAVIDÃO, RENDA NEGATIVA E DESIGUALDADE NO BRASIL: UMA PROPOSTA DE AGENDA DE PESQUISA

João Felipe Cury Marinho Mathias (UFRJ), Luiz Fernando Saraiva (UFF), Seme Gebara Neto (UFMG), Elione Guimarães (PJF)

Mesa 2. Política econômica e crescimento

Coordenadora: Linnit Pessoa (UFF)

294. DOS ERROS DA ESQUERDA AOS GOLPES DA DIREITA: A DÉCADA MAIS QUE PERDIDA DO BRASIL

Luciano Alencar Barros (UFRJ)

378. DA NOVA MATRIZ ECONÔMICA AO TETO DE GASTOS: COMO A CONSTITUIÇÃO DE 88 ENTROU EM DEBATE?

Ana Paula Guidolin (UNICAMP)

390. FINANCEIRIZAÇÃO DO ESTADO E A CRISE DA DEMOCRACIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO BRASILEIRO

Linnit Pessoa (UFF), Vinícius Centeno (UFF)

Mesa 3. As leis gerais da sociabilidade capitalista em Marx: alienação, acumulação e taxa de lucro

Coordenador: Elizeu Serra de Araujo (UFMA)

343. A TAXA DE LUCRO E AS MUDANÇAS NA COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Elizeu Serra de Araujo (UFMA)

379. A LEI COMO TAL: A FORMA MAIS CONCRETA DA LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Fabício Zanghelini (UFF)

392. O JOVEM HEGEL E A SUA CONTRIBUIÇÃO À TEORIA DA ALIENAÇÃO DE MARX

Petrus Alves Freitas (UFF)

Mesa 4. Sobre o Estado: ontologia, racionalidade e política estatal neoliberais

Coordenadora: Camila Kimie Ugino (PUCSP)

288. COMENTARIOS CRÍTICOS RESPECTO EL PROBLEMA DE LA RELACIÓN ENTRE SUJETOS BAJO LA FORMA CAPITAL: NOTAS PARA UN ABORDAJE ONTOLÓGICO DEL ESTADO
Hugo R. Tavares (UAM)
366. AS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: VANGUARDAS NO ATRASO
Camila Kimie Ugino (PUCSP)
381. NEOLIBERALISMO COMO RACIONALIDADE: UMA ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS DE DUAS MEDIDAS ECONÔMICAS
Jonas Campos (IE/UNICAMP), Adriana Nunes Ferreira (IE/UNICAMP)

Mesa 5. Estado e gasto público em debate

Coordenadora: Elena Soihet (UFRRJ)

286. O DESEMPENHO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E ANÁLISE DO FINANCIAMENTO ATRAVÉS DO FUNDEB
Elena Soihet (UFRRJ), Livia Mafra Santana (UFRRJ)
386. FUNDO PÚBLICO: A DISPUTA ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO PELOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA BAHIA, CEARÁ E PERNAMBUCO – 2015 A 2018
Beatriz Vieira (UFDFPAR), Jéssica Bazzanela (UFDFPAR)
397. O IMPACTO DO NOVO REGIME FISCAL (EC 95) NA DISTRIBUIÇÃO DO GASTO PÚBLICO FEDERAL EM MEIO A PANDEMIA
Osmar G. Alencar Jr. (UFDFPar)

Mesa 6. Tecnologia, cadeias globais de valor e imperialismo

Coordenador: Gabriel Oliveira de Carvalho Senra (UNICAMP)

347. POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNO-NACIONALISMO E INDÚSTRIA 4.0: A GUERRA TECNOLÓGICA ENTRE CHINA E EUA
Antonio Carlos Diegues (UNICAMP-IE), José Eduardo Roselino (UFSCAR)
287. A NOVA ONDA DO IMPERADOR: CADEIAS GLOBAIS DE VALOR E O DEBATE DO IMPERIALISMO NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI
Gabriel Oliveira de Carvalho Senra (UNICAMP)
297. CADEIAS GLOBAIS DE VALOR E ECONOMIA POLÍTICA
Clarissa Black (SPGG-RS)

Mesa 7. Espaço e meio ambiente no desenvolvimento capitalista

Coordenadora: Utanaan Reis (UFRRJ)

316. CRISE ESTRUTURAL, CRISE URBANA E MILITARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE SOBRE O URBANISMO MILICIANO-MILITAR NO RIO DE JANEIRO
Utanaan Reis (UFRRJ)
333. DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NA AMAZÔNIA ORIENTAL: MUDANÇAS RECENTES NOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS MINERADOS DO SUDESTE PARAENSE
Antônia Larissa Alves Oliveira (UNIFESSPA), Giliad de Souza Silva (UNIFESSPA)
407. O BUEN VIVIR NO EQUADOR: TERIA UM CONCEITO TEÓRICO CONVERTIDO EM PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL SE REFLETIDO EM MUDANÇA ESTRUTURAL PARA O DESENVOLVIMENTO?
Rodolfo Vaz (UFABC), Cristina Fróes de Borja Reis (UFABC)
-

Sessões Ordinárias – Mesas 8 a 14

Quinta-feira, 10/06, 14:30 – 16:00 – Debate em tempo real

Mesa 8. A construção da Macroeconomia no século XX: diálogos e consequências

Coordenador: Luciano Alencar Barros (UFRJ)

259. O CAMINHO PARA A TEORIA GERAL: J M KEYNES, F A HAYEK, E A GENEALOGIA DA MACROECONOMIA
Keanu Telles (UnB)
295. A EVOLUÇÃO DA MACROECONOMIA À LUZ DO CONFLITO DISTRIBUTIVO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONCEITO DE DUPLO MOVIMENTO DE KARL POLANYI
Luciano Alencar Barros (UFRJ)
400. UNCERTAINTY, EXPECTATIONS AND INVESTMENT IN TECHNOLOGICAL CHANGE IN KEYNESIAN AND NEO-SCHUMPETERIAN APPROACH: A THEORETICAL MODEL OF ANALYTICAL COMPATIBILITY
Thiago Cavalcante de Souza (FACE/UFMG)

Mesa 9. Dependência e desenvolvimento

Coordenadora: Leda Paulani (USP)

252. DEPENDÊNCIA 4.0: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E O CASO DO BRASIL
Leda Paulani (USP)
270. A INTEGRAÇÃO BRASILEIRA NO CENÁRIO INTERNACIONAL E AS CONTRADIÇÕES DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE O BRASIL E A CHINA A PARTIR DOS ANOS 2000
Elena Soihet (UFRRJ)
372. TIPO DE CAMBIO Y POLITICA MONETARIA EN EL CICLO FINANCIERO GLOBAL
Guillermo Gigliani (Universidad Nacional de Moreno, Argentina)

Mesa 10. Dinheiro, financeirização e capitalismo contemporâneo**Coordenador:** Gentil Corazza (UFRGS)

266. A TEORIA DO DINHEIRO EM MARX - UMA ANÁLISE CRÍTICA DO LIVRO DE RUBIN
Gentil Corazza (UFRGS)
319. PANDEMIA E CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO
Valéria Lopes Ribeiro (UFABC)
362. A CATEGORIA DE CAPITAL FINANCEIRO E O FENÔMENO DA FINANCEIRIZAÇÃO: UMA ABORDAGEM MARXISTA
Vítor Lopes de Souza Alves (IE-Unicamp)

Mesa 11. Reforma fiscal/tributária**Coordenadora:** Tatiana Figueiredo Breviglieri (UNESP)

335. CRISE? A CONCENTRAÇÃO DA RENDA ENTRE OS RICOS NO BRASIL: 2012-2018
Tatiana Figueiredo Breviglieri (UNESP), André Luiz Correa (UNESP)
341. ESTRUTURA TRIBUTÁRIA E REFORMA NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA NA MODERN MONEY THEORY (MMT)
Mateus Coelho Ferreira (UFRJ)
370. ESTRUTURA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA EM PERSPECTIVA INTERNACIONAL
João Batista Santos Conceição (UNISINOS), Róber Iturriet Avila (UFRGS)

Mesa 12. Mercado de trabalho no Brasil em tempos de pandemia**Coordenador:** André Monici Sabino (UNICAMP)

278. AGENDA TRABALHISTA NO PÓS-REFORMA E DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: A UTILIZAÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS E DECRETOS EXECUTIVOS PARA AVANÇO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO
André Monici Sabino (UNICAMP), Ana Cristina Alves (UNICAMP)
314. MUDANÇAS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: OS EFEITOS DA CRISE ECONÔMICA DE 2015 E DA CRISE DO COVID-19
Ohanna Larissa Fraga Pereira (Unicamp), Caroline Lucion Puchale (UFRGS)
411. BALANÇO DOS IMPACTOS DA CRISE DA COVID-19 SOBRE O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO EM 2020
Lauro Mattei (UFSC), Vicente Loeblein Heinen (UFSC)

Mesa 13. O trabalho sob ataque neoliberal: a reforma trabalhista de 2017 no Brasil

Coordenadora: Julia Bustamante (UFRJ)

276. A REFORMA TRABALHISTA DE 2017 E O APROFUNDAMENTO DO NEOLIBERALISMO AUTORITÁRIO NO BRASIL
Guilherme Caldas de Souza Campos (CESIT-UNICAMP), Jonas Teixeira Couto Campos (IE-UNICAMP), Hugo Goulart de Faria (IFCH-UNICAMP)
354. IMPACTOS ECONÔMICOS DA REFORMA TRABALHISTA DE 2017
Marcelo Manzano (UNICAMP)
395. REFORMA TRABALHISTA DE 2017: ORIGENS, SENTIDOS E DESDOBRAMENTOS
Julia Bustamante (UFRJ)

Mesa 14. Indústria, inovação e desenvolvimento no Brasil

Coordenador: Felipe Queiroz (UFG)

373. PETROBRAS: DE PROMOTORA DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL A MAXIMIZADORA DE RIQUEZA PARA O ACIONISTA?
Dáphine Terra Americano (UFABC)
331. AS CHAMADAS INDUZIDAS DA FAPESP COMO INSTRUMENTOS DE UMA POLÍTICA DE INOVAÇÃO PELO LADO DA DEMANDA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O SIRIUS, A NOVA FONTE DE LUZ SÍNCROTRON BRASILEIRA
Emanuel Galdino (EACH/USP), Anapatricia Morales Vilha (UFABC), Ramon Garcia Fernandez (UFABC)
345. OS LIMITES DA CONTRIBUIÇÃO DA INDÚSTRIA AO DESENVOLVIMENTO NOS PERÍODOS LULA E DILMA: A CONSOLIDAÇÃO DE UMA NOVA VERSÃO DO INDUSTRIALISMO PERIFÉRICO?
Antonio Carlos Diegues (UNICAMP-IE)

Sessões Ordinárias – Mesas 15 a 20

Sexta-feira, 11/06, 10:30 – 12:00 – Debate em tempo real

Mesa 15. Pluralismo, interdisciplinaridade e pensamento econômico

Coordenadora: Carolina Miranda Cavalcante (UFRJ)

279. INSTITUIÇÕES E ESTRUTURAS SOCIAIS
Carolina Miranda Cavalcante (UFRJ)
285. A LEI DE THIRLWALL SOB O ESCRUTÍNIO DO INSTITUCIONALISMO RADICAL
João Gabriel Nascimento de Almeida (UFABC)
365. PLURALISMO ECONÔMICO E POLITIZAÇÃO DA CIÊNCIA: UMA CRÍTICA EM TRÊS TEMPOS
Mayara Silva Sousa Pires (UFABC)

Mesa 16. Questões da crise atual

Coordenadora: Elisangela Araujo (UEM)

344. THEORETICAL ANALYSIS AND EMPIRICAL EVIDENCE OF COUNTERCYCLICAL ECONOMIC POLICIES IMPLEMENTED DURING THE SUBPRIME AND COVID-19 CRISES: THE BRAZILIAN CASE
Elisangela Araujo (UEM), Eliane Araujo (UEM), Fernando Ferrari Filho (UFRGS)
376. RELAÇÃO DÍVIDA/PIB - INTOLERÂNCIA À DÍVIDA E AUSTRERIDADE EXPANSIONISTA
Maria Isabel Busato (UFRJ), João Lins de Almeida (UFRJ)
414. POLÍTICAS ECONÔMICAS NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NO MUNDO E NO BRASIL
Pedro Garrido da Costa Lima (Consultor - Câmara dos Deputados)

Mesa 17. Imperialismo, dependência e troca desigual

Coordenador: Hugo Corrêa (UFF)

292. O VALOR DAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE AS CGV
Alexis Nicolas Saludjian (IE-UFRJ), João Pedro Braga (IE-UFRJ), Rodrigo Fernandes (IE-UFRJ)
307. A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO ENQUANTO CATEGORIA ESPECÍFICA DA ACUMULAÇÃO E APROPRIAÇÃO DE RIQUEZA NOS PAÍSES DEPENDENTES
Camilla dos Santos Nogueira (FAPES - PDCTR/CNPq)
360. A QUESTÃO PRINCIPAL? UM DEBATE SOBRE A IMPORTÂNCIA DA CATEGORIA EXPORTAÇÃO DE CAPITAL EM LÊNIN
Hugo Corrêa (UFF), Leonardo Leite (UFF)

Mesa 18. Políticas públicas de emprego e de transferência de renda em debate

Coordenador: Daniel Silva (UNIFESSPA)

293. SOBRE A VIABILIDADE DE UM PROGRAMA DE GARANTIA DE EMPREGOS NO BRASIL: DOS DESAFIOS À INSTITUCIONALIDADE DESEJADA
Caio V. F. Vilella (UFRJ)
398. OS LIMITES POLÍTICOS E ECONÔMICOS DE UMA ECONOMIA NO PLENO EMPREGO: UMA ANÁLISE SOBRE O PROGRAMA EMPREGADOR DE ÚLTIMA INSTÂNCIA
Daniel Silva (UNIFESSPA)
304. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DAS COMPREENSÕES DAS MULHERES ACOMPANHADAS EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FORTALEZA/CE
Francisco Rafael de Castro Chaves (UECE), Paula Raquel da Silva Jales (UFPI), Yashmin Michelle Ribeiro de Araujo (UECE)

Mesa 19. Trabalho em tempos de déficit de proteção social

Coordenadora: Rosa Maria Marques (PUCSP)

265. EXCEDENTE DE MÃO DE OBRA E MARGINALIDADE SOCIAL NO BRASIL NO PERÍODO 1960-1970

Pedro Henrique Evangelista Duarte (UFG), Gabriela Fernandes (UFG)

290. PROTEÇÃO SOCIAL E CAPITALISMO: SOCIALIZANDO O “DESENVOLVIMENTO”
Rosa Maria Marques (PUCSP)

300. O TRABALHO DAS MULHERES E A PANDEMIA DA COVID – 19: ENTRE A PRODUÇÃO E A REPRODUÇÃO DO TRABALHO

Maryanna Nascimento de Oliveira Silva (UNICAMP), Thaís Alegri Silva (UNICAMP)

Mesa 20. Transformação produtiva sem equidade

Coordenadora: Pollyanna Paganoto Moura (FACELI)

323. PROPRIEDADE INTELECTUAL EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Pollyanna Paganoto Moura (FACELI)

337. CAPITALISMO DE PLATAFORMAS, CORROSÃO DEMOCRÁTICA E A CONSOLIDAÇÃO DO CIBERTARIADO NO BRASIL

Marcela Nogueira Ferrario (UNILA), Carlos Henrique Vieira Santana (INCT-PPED)

356. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA MACROMETROPOLE PAULISTA: A NOVA ESPACIALIDADE URBANA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

Gabriel A. A. Rossini (UFABC), Suzana Pasternak (USP), Cristina Fróes de Borja Reis (UFABC)

Sessões Ordinárias – Mesas 21 a 27

Sexta-feira, 11/06, 14:30 – 16:00 – Debate em tempo real

Mesa 21. Temas e problemas na crítica da economia política

Coordenador: Paulo Henrique Furtado de Araujo (UFF)

309. TRABALHO FUNDANTE E SUBSTÂNCIA DO SER SOCIAL SEGUNDO O ÚLTIMO LUKÁCS – OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

Paulo Henrique Furtado de Araujo (UFF)

350. “LEIS FÉRREAS” E DETERMINISMO: MÉTODO E DESENVOLVIMENTO DA LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Bruno Prado Prates (Cedeplar/UFMG)

351. UMA METODOLOGIA PARA A ANÁLISE DO PENSAMENTO ECONÔMICO A PARTIR DA ONTOLOGIA DE LUKÁCS: O CASO DO MOVIMENTO MARGINALISTA

Lucas Galvão de Mesquita (UFF)

Mesa 22. O Brasil neoliberal: história, ideologia e crises

Coordenador: Neide César Vargas (UFES)

321. NEGACIONISMO HISTÓRICO E NEOLIBERALISMO À BRASILEIRA

Neide César Vargas (UFES)

255. CURRENCY CRISIS OR OVERPRODUCTION? A MARXIAN ANALYSIS OF THE EXCHANGE-RATE PEG COLLAPSE IN BRAZIL

Antonio Carneiro de Almeida Júnior (UERN)

389. ORIGENS DO ENDIVIDAMENTO ESTADUAL NO BRASIL PRÉ-LRF

André Aranha (UFRJ)

Mesa 23. Novas institucionalidades

Coordenador: Fernando Amorim Teixeira (UFF)

262. A RECICLAGEM EXTERNA E AS METAMORFOSES DO CAPITAL CHINÊS: UMA REFLEXÃO SOBRE SUA ATUAÇÃO NO SETOR DE ENERGIA NO BRASIL

Fernando Amorim Teixeira (UFF)

306. AS REGULAÇÕES FINANCEIRAS DO BIS E O MERCADO DE BALCÃO (OTC), O IMPACTO DA CRISE DE 2007/2008 NAS REGULAÇÕES: MAIS DO MESMO OU UMA DESCONTINUIDADE

Luiz M Niemeyer (PUC-SP), Marina Fernandes da Silveira (PUC-SP)

322. TRANSIÇÃO VERDE - RISCOS CLIMÁTICOS E SUA IMPREVISIBILIDADE PARA O SISTEMA FINANCEIRO

Fernanda Feil (UFF), Carmem Feijó (UFF)

Mesa 24. Financeirização e países periféricos

Coordenadora: Lena Lavinias (IE-UFRJ)

284. BRASIL: O MERCADO DE CAPITAIS COMO ALAVANCA DA FINANCEIRIZAÇÃO?

Lena Lavinias (IE-UFRJ), Eliane Araujo (Universidade Estadual de Maringá), Denise Lobato Gentil (IE-UFRJ)

353. UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO À LUZ DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA NO PERÍODO 1990-2010

Júlia Leal (UFRJ), Mateus Coelho Ferreira (UFRJ)

416. CONTRIBUIÇÕES À ATUALIZAÇÃO DO CONCEITO DE CENTRO-PERIFERIA À LUZ DO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO: O CASO BRASILEIRO

Renan Ferreira de Araujo (UNICAMP), Gabriel Quatrochi (UNICAMP)

Mesa 25. Especialização produtiva, efeitos econômicos e institucionais**Coordenadora:** Daniel Jeziorny (UFBA)

318. AS CONDIÇÕES DE MORADIA DAS FAMÍLIAS POBRES E EXTREMAMENTE POBRES EM UMA CIDADE MINERAL DA AMAZÔNIA: O CASO DE CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
Rithielly Sousa (Unifesspa), Daniel Silva (Unifesspa)
394. FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SETOR EXTRATIVO BRASILEIRO: REFLEXÕES SOBRE ELEMENTOS CONSTITUCIONAIS E TRAJETÓRIAS SETORIAIS ENTRE 1930 E 1988
João Victor Machado (UNICAMP), Daniel Monte Cardoso (UNICAMP), José Augusto Gaspar Ruas (FACAMP)
402. METABOLISMO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO AUTOFÁGICO DO CAPITAL: UM SOBREVIVO SOBRE O PADRÃO DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL DO GOVERNO BOLSONARO
Daniel Jeziorny (UFBA)

Mesa 26. Mundo do trabalho: transformações e desafios em tempos de crise**Coordenadora:** Luciana Caetano da Silva (UFAL)

291. O SACRIFÍCIO DO TRABALHO EM RESPOSTA À CRISE CAPITALISTA
Luciana Caetano da Silva (UFAL)
388. TRABALHO NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS
Marcelo Manzano (UNICAMP), José Dari Krein (UNICAMP), Marilane Teixeira (UNICAMP)

Mesa 27. Gênero e raça na acumulação capitalista**Coordenadora:** Lara Borin Campoli (USP)

312. UMA ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO NO CONTEXTO DA CRISE ECONÔMICO-SANITÁRIA DE 2020: EFEITOS SOBRE AS MULHERES, SUA SAÍDA DA FORÇA DE TRABALHO E SUA INDISPONIBILIDADE
Daniela Salomão Gorayeb (FACAMP), Camila Veneo Campos Fonseca (FACAMP), Juliana Filleti (FACAMP), Juliana Cajueiro (FACAMP)
328. DESAFIOS DE LUTA E RESISTÊNCIA NO TRABALHO TERCEIRIZADO: UM ESTUDO DE CASO COM AUXILIARES DE LIMPEZA
Lara Borin Campoli (USP)
401. REVISITANDO MARX: ENSAIO SOBRE O PAPEL DAS MULHERES NA DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO
Thaine Silva Martins (UFMG)

PROGRAMAÇÃO DAS SESSÕES DE COMUNICAÇÕES

Sessão de Comunicações I. As ideias econômicas e seu lugar **Quinta-feira, 10/06, 10:30 – 12:00** – Debate em tempo real

Coordenador: Matheus Matos (UFVJM)

283. NOTAS CRÍTICAS SOBRE A CRISE DE REALIZAÇÃO NO CAPITALISMO DEPENDENTE
 Daniel Guzzo Moratti (UFES)
301. O GRANDE DEBATE ENTRE O DESENVOLVIMENTO E O CRESCIMENTO ECONÔMICO NA PERSPECTIVA DA CRISE SANITÁRIA NO BRASIL
 Carlos Vinícius Marques dos Santos (UEFS)
308. FRIEDRICH LIST E A REAÇÃO PROTECCIONISTA NA VIA TARDIA
 Matheus Matos (UFVJM)
320. UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DA SUDENE POR CELSO FURTADO
 Evânia Gonsalves Soares Silva (UFVJM), Gabriela Ribeiro Silva (UFVJM)
403. A GLOBALIZAÇÃO COMO UM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
 Lays Hesse Andrade Silva (UFES), Maicon da Silva Pinto de Oliveira (UFES)
-

Sessão de Comunicações II. Desigualdades sociais e no mercado de trabalho e o alcance das políticas públicas **Sexta-feira, 11/06, 10:30 – 12:00** – Debate em tempo real

Coordenadora: Júlia Freitas de Lima (UFF)

264. MULHERES NA FORÇA DE TRABALHO POTENCIAL NO BRASIL – 2014 A 2020
 Fernanda Frota Correia Baeta Neves (UFRJ)
357. POLÍTICA FISCAL E DESIGUALDADES RACIAIS
 Rogerio Favaro dos Santos (UNICAMP)
368. LAS CLASES TRABAJADORAS INMIGRANTES Y LA TECNOLOGÍA: UN ANÁLISIS COYUNTURAL DE LA PANDEMIA
 Andreza Ramos Sant'ana (UNILA), Alberto Leon Henao Montoya (UNILA)
383. DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA NA PANDEMIA: UM OLHAR SOBRE MERCADO DE TRABALHO
 Júlia Freitas de Lima (UFF), Isabela Duarte Kelly (UFF), Déborah Cristina Rodrigues Vitor (UFF), Paula Patrycya Silva Santos (UFF)
393. O EMPREGO DOMÉSTICO E OS CICLOS ECONÔMICOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DESDE 2002 ATÉ A CHEGADA DA COVID-19
 Luanna Tomé de Oliveira (UNIFESP)
-

Sessão de Comunicações III. Neoliberalismo e crise: tendências no mundo do trabalho e o colapso socioambiental

Sexta-feira, 11/06, 14:30 – 16:00 – Debate em tempo real

Coordenadora: Ana Flavia Silva de Oliveira (UFU)

342. PANDEMIA, TELETRABALHO E O DIREITO À DESCONEXÃO

Maria Gabrielle Fernandes Vieira de Sousa (Uni9)

355. USURPAÇÃO DO FUNDO PÚBLICO: PILHAGEM DE RECURSOS E ATAQUE AOS DIREITOS SOCIAIS

Yan Carlos Nogueira (UFMT)

399. O CAMINHO BRASILEIRO À UBERIZAÇÃO COMO RESULTADO DE UM ESTADO NEOLIBERAL COMPROMETIDO COM AS FINANÇAS

Ana Flavia Silva de Oliveira (UFU), Danilo Augusto da Silva Horta (UFU), Antonio Neto (UFU)

406. COLAPSO CLIMÁTICO: A INVIABILIDADE DO CAPITALISMO SUSTENTÁVEL E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

Amanda Cristaldo Neis (UFES), Lays Hesse Andrade Silva (UFES)

415. POLÍTICA EXTERNA PARA QUEM? UMA ANÁLISE DA REPERCUSSÃO DO GOVERNO BOLSONARO SOBRE OS FUNDOS DE PRESERVAÇÃO DA AMAZÔNIA

Ana Luiza Silva Teixeira (UFU), Gabriella Valente Cachapuz (UFU), Laís Benevenuto de Azevedo (UFU), Milena Maria de Oliveira (UFU)

PROGRAMAÇÃO DA SESSÃO DE PÔSTERES

Quinta-feira, 10/06, 14:30 – 16:00 – Debate em tempo real

Coordenador: Daniel Guzzo Moratti (UFES)

282. UBERIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA NOVA ROUPAGEM DA EXPLORAÇÃO NA CRISE

Daniel Guzzo Moratti (UFES), Otavio Luis Barbosa (UFES)

327. UMA ECONOMIA ALIMENTAR GRIPADA

João Carlos Barbosa (UFPB)

339. AUXÍLIO EMERGENCIAL, PROTEÇÃO NA PANDEMIA DO COVID-19 E ASSIMETRIAS DE GÊNERO

Anna Isabela Fernandes (UFF), Isabella Corrêa (UFF)

377. O CARÁTER DESIGUAL E COMBINADO DO PROGRAMA “TRAVESSIA SOCIAL – UMA PONTE PARA O FUTURO”

Thaís Lopes Vasconcelos (UFPB), João Ítalo Almeida da Costa (UFPB)

385. REFORMA TRIBUTÁRIA E RENDA BÁSICA, MECANISMOS PARA A ENTRADA DO BRASIL NO SÉCULO 21

Wallace B. Venâncio (UERJ)

410. AUXÍLIO EMERGENCIAL: UM DEBATE SOBRE SEU FINANCIAMENTO E A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS EXACERBADAS PELA PANDEMIA DE COVID-19

Paula Patrycya (UFF), Pedro Pregioni (UFF), Sara R. Paixão (UFF)

RESUMOS SESSÕES ORDINÁRIAS

ÁREA 1. METODOLOGIA E HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

259. O CAMINHO PARA A TEORIA GERAL: J M KEYNES, F A HAYEK, E A GENEALOGIA DA MACROECONOMIA

Keanu Telles (UnB)

Resumo

A crítica feita por Friedrich A. Hayek ao Treatise on Money de John Maynard Keynes, e a subsequente controvérsia que se seguiu com o envolvimento de membros do Cambridge Circus, sustentou importantes elementos para o abandono por Keynes de suas ideias iniciais e para o seu caminho para a General Theory. A figura e posição de Hayek serviram para clarificar as diferenças subjacentes e as novas rotas teóricas para Keynes, que viria a se tornar mais explicitamente oposta a autores que se baseavam em Knut Wicksell. O caminho para a General Theory foi pavimentado em parte na famosa controvérsia de 1931, em particular a rejeição da chamada conexão Wicksell.

Palavras-chave

John Maynard Keynes | Friedrich A. Hayek | General Theory | Knut Wicksell | Macroeconomia

279. INSTITUIÇÕES E ESTRUTURAS SOCIAIS

Carolina Miranda Cavalcante (UFRJ)

Resumo

O artigo sugere um debate concernente ao lugar das instituições e das estruturas sociais no mundo social. Tal debate será conduzido através da leitura de autores institucionalistas, dos regulacionistas franceses, além de uma breve incursão na metodologia crítico realista de Roy Bhaskar. A motivação deste artigo repousa na verificação de uma falta de consenso acerca da definição de instituição na literatura especializada. Deste modo, um questionamento acerca das propriedades ontológicas das estruturas sociais pode ajudar na compreensão do lugar das instituições nessas estruturas.

Palavras-chave

Instituições | Estruturas Sociais | Ontologia | Realismo Crítico | Economia Institucional

295. A EVOLUÇÃO DA MACROECONOMIA À LUZ DO CONFLITO DISTRIBUTIVO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONCEITO DE DUPLO MOVIMENTO DE KARL POLANYI

Luciano Alencar Barros (UFRJ)

Resumo

O presente artigo se propõe a analisar a “evolução” da macroeconomia, tanto em termos de teoria quanto de práticas econômicas, a partir da dinâmica do conflito distributivo. Neste sentido, argumenta-se que as grandes inflexões da macroeconomia (do liberalismo do século XIX para o keynesianismo do pós-guerra, e deste para o neoliberalismo a partir dos anos 1970) se deram em contextos de desbalanceamento distributivo em favor de uma ou outra classe social. Por fim o artigo faz algumas conjecturas acerca do futuro da macroeconomia no contexto da atual pandemia global.

Palavras-chave

Economia Política | Macroeconomia | História do Pensamento Econômico

309. TRABALHO FUNDANTE E SUBSTÂNCIA DO SER SOCIAL SEGUNDO O ÚLTIMO LUKÁCS – OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

Paulo Henrique Furtado de Araujo (UFF)

Resumo

O livro Para uma Ontologia do Ser Social de György Lukács constitui-se em um marco incontornável para todos os que postulam retomar o pensamento de Marx em sua radicalidade e livre de todo entulho teórico sob o qual foi soterrado ao longo do século XX. Lukács sustenta que Marx instaura uma ontologia materialista do ser social e que seu pensamento, teoria e práxis, devem ser interpretados a partir dessa consideração. A compreensão da categoria ontologia por Lukács afasta-se da concepção idealista-religiosa predominante no âmbito da filosofia. Para o autor, o ser social, em seu devir, manifesta uma substância que é permanência na mudança, mas que se modifica nesse processo de mudança sem que perca sua característica distintiva. Não se trata de uma substância imutável que apenas se revela ao longo da história humana. Para Lukács, a possibilidade de se identificar a permanência, permite que se capture a coisa enquanto essência. Ainda assim, trata-se de uma essência em permanente devir e que se instaura a partir da protoforma do agir humano – o trabalho geral/universal.

Palavras-chave

Lukács | Ontologia do Ser Social | Trabalho Fundante | Substância | Marx

350. “LEIS FÉRREAS” E DETERMINISMO: MÉTODO E DESENVOLVIMENTO DA LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Bruno Prado Prates (Cedeplar/UFMG)

Resumo

O objetivo deste trabalho é oferecer uma interpretação sobre o papel conferido por Marx às leis do movimento – leis que atuam com “férrea necessidade” – em sua crítica da economia política. Discutimos a interpretação que atribui a Marx um “determinismo unilinear”, buscando ressaltar que as leis enunciadas pelo autor de *O capital* não são preditivas ou externas, ao contrário, elas são leis relacionais que revelam nexos internos – são leis de tendência. Além disso, buscamos argumentar que o capital deve ser compreendido como uma relação de produção global, inseparável do colonialismo e do mercado internacional. Utilizamos como exemplo a lei geral da acumulação capitalista, que cumpre o importante papel de explicar a relação entre riqueza e miséria nas sociedades voltadas à acumulação de capital.

Palavras-chave

Lei Geral da Acumulação Capitalista | Determinismo | Lei de Tendência | Método em Marx

351. UMA METODOLOGIA PARA A ANÁLISE DO PENSAMENTO ECONÔMICO A PARTIR DA ONTOLOGIA DE LUKÁCS: O CASO DO MOVIMENTO MARGINALISTA

Lucas Galvão de Mesquita (UFF)

Resumo

Neste artigo desenvolvo uma metodologia para a pesquisa na história do pensamento econômico. Fundamento-me no trabalho de György Lukács em *Para uma Ontologia do Ser Social*: a linha argumentativa do artigo acompanha o que este autor chamou de análise genética. O argumento é enriquecido com a percepção de Roy Bhaskar da atividade científica como uma atividade de trabalho. Por fim, realizo um retorno à obra de Thomas Kuhn, *A Estrutura das Revoluções Científicas*, e pondero em que medida ela pode esclarecer a compreensão da chamada Revolução Marginalista. O artigo sustenta a necessidade da pesquisa na história das ideias ter um caráter *post festum*. Assim, a atividade de pesquisa deve identificar o campo de possibilidades aberto em cada período histórico e explicar como, deste campo, puderam emergir determinadas teorias científicas como respostas às tarefas postas pelo desenvolvimento socioeconômico.

Palavras-chave

Análise do Pensamento Econômico | Revolução Marginalista | Metodologia da História do Pensamento Econômico | Análise Genética

365. PLURALISMO ECONÔMICO E POLITIZAÇÃO DA CIÊNCIA: UMA CRÍTICA EM TRÊS TEMPOS

Mayara Silva Sousa Pires (UFABC)

Resumo

O objetivo deste artigo é oferecer elementos para enquadrar as discussões de uma visão pluralista da economia dentro de uma perspectiva mais ampla, que considere a natureza política da própria ciência. Se por um lado, existe uma ampla discussão dentro da disciplina econômica acerca dos limites e alcances de visões que englobam diferentes considerações teóricas e metodológicas, nota-se também uma marginalização da compreensão do conteúdo político da ciência e, conseqüentemente, da própria economia. Entende-se aqui que estas posições devem ser repensadas a partir de uma visão que politiza o próprio conhecimento científico, caracterizado por questões políticas e assimetrias de poder, e que, conseqüentemente, são fundamentais para a democratização da ciência. Ao final deste trabalho, três críticas são destacadas: a ciência econômica estar constituída por relações de poder e persuasão; os direitos acadêmicos não serem os mesmos para todos os pesquisadores do campo; e, por último, a ciência também não ser, necessariamente, Ciência para todos.

Palavras-chave

Pluralismo | Politização da Ciência | Sociologia da Economia | Retórica Política

400. UNCERTAINTY, EXPECTATIONS AND INVESTMENT IN TECHNOLOGICAL CHANGE IN KEYNESIAN AND NEO-SCHUMPETERIAN APPROACH: A THEORETICAL MODEL OF ANALYTICAL COMPATIBILITY

Thiago Cavalcante de Souza (FACE/UFG)

Resumo

Este artigo analisa como elementos da teoria keynesiana e evolucionária – incerteza, investimento e a formação de expectativas – demonstram-se relevantes no processo decisório orientado à mudança tecnológica das firmas. Emprega-se o método epistemológico para articular a noção de temporalidade das expectativas e decisões de investimentos em mudança tecnológica presente nas duas abordagens teóricas. Dentre os resultados, destaca-se que a emergência de um novo paradigma tecnológico altera a eficiência marginal do capital previamente mobilizado, visto que as inovações radicais alteram às quase-renda vinculadas aos rendimentos prospectivos dos bens de capital. Logo, as decisões de investimentos relativas a inovações radicais (longo prazo) demonstram-se mais suscetíveis à incerteza do que as decisões de investimentos em inovações incrementais (curto prazo), dado o processo de aprendizado.

Palavras-chave

Teoria Keynesiana | Teoria Evolucionária | Expectativas | Incerteza | Inovação

ÁREA 2. HISTÓRIA ECONÔMICA

255. CURRENCY CRISIS OR OVERPRODUCTION? A MARXIAN ANALYSIS OF THE EXCHANGE-RATE PEG COLLAPSE IN BRAZIL

Antonio Carneiro de Almeida Júnior (UERN)

Resumo

No presente trabalho, revisitamos o passado recente da economia brasileira na tentativa de apresentar uma caracterização alternativa da natureza da crise do final dos anos 1990. Isso foi feito tendo a Economia Política Marxista como base teórica. A escolha foi justificada pela contraposição entre a teoria marxista das crises cíclicas de superprodução e as principais teorias das crises cambiais, o que revelou que, enquanto as últimas focam na aparência do fenômeno, a primeira analisa-o por completo. Ao final, a análise da acumulação de capital durante o plano real revelou que a crise supracitada pode ser caracterizada como outra manifestação das crises cíclicas de superprodução.

Palavras-chave

Plano Real | Crise Cambial | Superprodução | História Econômica Recente

321. NEGACIONISMO HISTÓRICO E NEOLIBERALISMO À BRASILEIRA

Neide César Vargas (UFES)

Resumo

O negacionismo científico não se manifesta apenas nas ciências biológicas e exatas. Ele também aparece nas Ciências Humanas, notadamente na História e na Educação. É um fenômeno antigo que foi ressignificado no contexto da governamentalidade neoliberal. Este artigo visa analisar o que tomamos como base do negacionismo histórico recente no Brasil: as noções do “marxismo cultural” e certos aspectos anticientificistas extraídos de Hayek e Von Mises. Além disso, busca identificar as relações dessas ideias com a atuação política de think tanks liberais no Brasil pós 2005. Como principal conclusão indica que o negacionismo histórico foi uma das ferramentas para gerar a mobilização política no Brasil e para sustentar a reversão ultraliberal e conservadora em curso.

Palavras-chave

Negacionismo Histórico | Marxismo Cultural, Anticientificismo, Ideas e Mudança Política | Governamentalidade Neoliberal e Think Tanks

336. OS PRIMEIROS ESCRITOS DE ROSA LUXEMBURGO SOBRE A QUESTÃO POLONESA

Antonio V. B. Mota Filho (Unicamp)

Resumo

Rosa Luxemburgo (RL) foi uma importante economista do começo do século XX. No entanto, suas obras seguem sendo marcadas pelos rótulos de “espontaneísmo” e

“economicismo”. Historicamente tais rótulos têm restringido a recepção da sua obra e acabam por privilegiar certos aspectos da obra de RL e secundarizar outros. Um ramo que foi particularmente afetado por essa “afinidade seletiva” foi sua abordagem sobre a história econômica da Polônia, seu país de origem. O presente trabalho tem como objetivo analisar a interpretação de Luxemburgo sobre o aspecto econômico da “questão polonesa” ao final do século XIX. O artigo está organizado em cinco seções: uma pequena introdução; “a nação polonesa”, em que se analisam as ideias de Marx e Engels sobre a questão polonesa; comentários sobre as formulações de Luxemburgo e a conclusão. Conclui-se que a interpretação desenvolvida por Luxemburgo acerca da questão polonesa nesse período, ainda que marcada pelo economicismo e parcialmente equivocada quando comparada a elementos empíricos, apresenta um importante núcleo teórico que a autora desenvolverá em escritos posteriores, como, por exemplo, em seu livro “A Acumulação de Capital”.

Palavras-chave

Rosa Luxemburgo | Questão Nacional | Polônia | Imperialismo

359. RESISTÊNCIA E TRABALHO DOS ESCRAVIZADOS NO RIO DE JANEIRO, ENTRE 1870 E 1879

Gabriel A. A. Rossini (UFABC); Ramatis Jacino (UFABC)

Resumo

O foco do presente artigo é o estudo da resistência e do trabalho de homens e mulheres escravizados na capital do Império do Brasil e arredores, entre 1875 e 1879, por meio da apreciação de 3.031 anúncios de fuga de cativos publicados em alguns dos principais jornais que circulavam na cidade do Rio de Janeiro. Procuramos apreender tais aspectos sem perder de vista os processos históricos de longa duração e os nexos existentes entre as dinâmicas global e local.

Palavras-chave

Resistência | Trabalho | Rio de Janeiro | Século XIX

384. ESCRAVIDÃO, RENDA NEGATIVA E DESIGUALDADE NO BRASIL: UMA PROPOSTA DE AGENDA DE PESQUISA

João Felipe Cury Marinho Mathias (UFRJ); Luiz Fernando Saraiva (UFF); Seme Gebara Neto (UFMG); Elione Guimarães (PJJ)

Resumo

Os efeitos intertemporais da escravidão sobre a desigualdade econômica e social são amplamente estudados pela literatura econômica, sociológica e histórica. No entanto, diferentemente do escrutínio desses efeitos ex post, pouco se fala dos impactos da desigualdade no período de vigência da escravidão (interim), no qual o trabalho do escravizado é ignorado como parte da geração e apropriação da renda nacional. A própria qualidade das análises das consequências históricas da escravidão fica comprometida se não se tem uma visão clara de como esse regime operava no seio da sociedade brasileira.

Um breve exercício de consideração do rendimento do trabalhador escravo à luz das recomendações das contas nacionais tem impactos distributivos e afeta a mensuração da desigualdade. As especificidades institucionais do período escravagista apontam para a consideração de fluxos de renda negativo quando se leva em conta o rendimento do trabalho escravo. Levando em conta os desdobramentos teóricos e empíricos referentes à renda negativa e à mensuração da desigualdade, este trabalho, a partir de um estudo de caso e dados do município de Juiz de Fora, propõe apresentar elementos que contribuam para uma agenda de pesquisa integrativa e multidisciplinar.

Palavras-chave

Desigualdade | Escravidão | Renda Negativa | Coeficiente de Gini

389. ORIGENS DO ENDIVIDAMENTO ESTADUAL NO BRASIL PRÉ-LRF

André Aranha (UFRJ)

Resumo

A estrutura do endividamento subnacional no Brasil atual segue, em suas linhas mestras, o resultado das sucessivas rodadas de refinanciamento com contrapartidas negociadas nas últimas décadas do século XX, e que condicionaram toda a política fiscal subnacional desde então. Hoje vemos discussões em torno de um novo pacto federativo, e novos programas de refinanciamento baseados no mesmo espírito de imposição de "hard budget constraints" como meio de se evitar o endividamento subnacional. Este artigo recua ao processo que orientou a transformação da institucionalidade fiscal herdada do período militar - descaracterizada ao longo dos anos 1980 - na imposição de austeridade fiscal aos entes subnacionais, consubstanciada na LRF. É feito um debate teórico sobre os determinantes do endividamento subnacional, seguido de uma análise da estrutura federativa e fiscal ao longo das últimas décadas do século XX, para a seguir recompor a história da imposição de regramentos fiscais e restrições ao endividamento aos estados brasileiros, com especial relevo para a eliminação dos bancos estaduais.

Palavras-chave

Endividamento Subnacional | Lei 9496 | Federalismo Fiscal | Bancos Estaduais | Regras Fiscais

ÁREA 3. ECONOMIA E CONJUNTURA BRASILEIRA

252. DEPENDÊNCIA 4.0: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E O CASO DO BRASIL

Leda Paulani (USP)

Resumo

Partindo do princípio de que a liberalização dos mercados de bens e ativos que teve lugar a partir dos anos 1980 e o fortalecimento da transnacionalização do capital que resultou daí não alteraram o pressuposto fundamental da prevalência de uma organização hierárquica no sistema capitalista mundial, o artigo visa defender a existência hoje de um novo tipo de dependência a relacionar países centrais e periféricos. Essa dependência 4.0 estaria assentada no rentismo que marca hoje o processo de acumulação e na natureza do progresso tecnológico em curso. O caso do Brasil e a história de sua inserção na divisão internacional do trabalho é trazida à discussão como emblemática desse novo tipo de subordinação.

Palavras-chave

Teoria da Dependência | Acumulação Capitalista | Rentismo | Economia Brasileira

270. A INTEGRAÇÃO BRASILEIRA NO CENÁRIO INTERNACIONAL E AS CONTRADIÇÕES DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE O BRASIL E A CHINA A PARTIR DOS ANOS 2000

Elena Soihet (UFRRJ)

Resumo

Este artigo tem como objetivo central compreender a inserção do Brasil na economia internacional diante da rápida ascensão chinesa nos anos 2000. A partir da segunda metade da década, a China sem passar pelos graves problemas que os Estados Unidos enfrentaram diante da crise financeira de 2008, aproveitou para avançar ainda mais em mercados latino-americanos, no qual se destacou o brasileiro. O argumento do artigo é que há contradições inerentes na relação Brasil-China. O efeito chinês foi positivo, porém simultaneamente negativo sendo, nesse sentido, um processo dialético. Nossa metodologia foi baseada em revisão bibliográfica unindo elementos econômicos, históricos e empíricos. A principal conclusão demonstra que se de um lado o país aproveitou o boom de commodities ocorrido na primeira década de 2000, por outro lado, há indícios que houve um aprofundamento das exportações direcionadas a bens primários e desindustrialização na economia brasileira.

Palavras-chave

Integração Econômica | Economia Brasileira | China | Industrialização

294. DOS ERROS DA ESQUERDA AOS GOLPES DA DIREITA: A DÉCADA MAIS QUE PERDIDA DO BRASIL

Luciano Alencar Barros (UFRJ)

Resumo

O presente artigo busca analisar, a partir de uma abordagem de economia política, o desempenho macroeconômico brasileiro na segunda década do século XXI. O objetivo é contribuir para a compreensão dos determinantes políticos do atual quadro econômico de empobrecimento absoluto e concentração de renda que se refletiram na deterioração de diversos indicadores sociais, inclusive com o iminente retorno do país ao mapa da fome.

Palavras-chave

Economia Brasileira | Economia Política | Macroeconomia

335. CRISE? A CONCENTRAÇÃO DA RENDA ENTRE OS RICOS NO BRASIL: 2012-2018

Tatiana Figueiredo Breviglieri (UNESP); André Luiz Correa (UNESP)

Resumo

A pesquisa tem como objetivo central analisar a trajetória e o nível da desigualdade no Brasil entre 2012 e 2018 através do cálculo da concentração da renda brasileira no topo da pirâmide da distribuição com a utilização dos dados tributários obtidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Além do 1% mais rico, o estudo também contou com a identificação de outros estratos ainda mais concentrados, o 0,1% e o 0,05% superiores da distribuição da renda. A escolha do recorte temporal se explica pela proposta do trabalho de analisar o impacto que a crise econômica da década de 2010 exerceu sobre os ricos. A metodologia adotada foi a Interpolação de Pareto, que possibilitou a obtenção da proporção da renda nacional detida no topo da pirâmide. A pesquisa também analisou o impacto da tributação no Brasil na desigualdade, com o cálculo de um índice de Gini aos diferentes tipos de rendimentos por categoria de tributação. A hipótese do trabalho é que a desigualdade vista do topo é alta e não possui indicações de queda mesmo diante da crise econômica a partir do ano de 2014. Sendo assim, questões sobre a estrutura tributária brasileira, como a fuga dos mais ricos em relação ao imposto progressivo, nos parecem essenciais para pensar no desenho de políticas que visem mudar essa realidade. Os resultados obtidos corroboram essa hipótese, uma vez que os cálculos apontam que o percentual de renda detido pelo 1% mais rico oscilou muito pouco em torno de 24%.

Palavras-chave

Concentração de Renda | Desigualdade | Tributação

341. ESTRUTURA TRIBUTÁRIA E REFORMA NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA NA MODERN MONEY THEORY (MMT)

Mateus Coelho Ferreira (UFRJ)

Resumo

Este artigo tem como objetivo realizar uma análise da configuração atual da estrutura tributária no Brasil e introduzir uma possível proposta de reforma tributária em linha com debate nacional baseado na perspectiva da Modern Money Theory (MMT). Neste sentido, busca-se demonstrar que para essa visão teórica, este tipo de reforma é uma decisão de âmbito político e não seria necessário para garantir o financiamento do propósito público, pois, um Estado monetariamente soberano não possui restrição financeira na sua própria moeda e temporalmente, todo gasto precede a arrecadação. Por outro lado, essa mesma perspectiva aponta que a tributação pode ser voltada para combater uma alta desigualdade de renda e incentivar uma mudança estrutural para combater as mudanças climáticas. Portanto, a proposta aqui apresentada pretende conciliar uma maior simplificação do sistema com o enfrentamento desses dilemas da sociedade moderna.

Palavras-chave

Modern Money Theory | Estrutura Tributária | Reforma Tributária | Economia Brasileira

344. THEORETICAL ANALYSIS AND EMPIRICAL EVIDENCE OF COUNTERCYCLICAL ECONOMIC POLICIES IMPLEMENTED DURING THE SUBPRIME AND COVID-19 CRISES: THE BRAZILIAN CASE

Elisângela Araujo (UEM); Eliane Araujo (UEM); Fernando Ferrari Filho (UFRGS)

Resumo

This article offers a theoretical and empirical investigation of the countercyclical economic policies, in particular the fiscal and monetary ones, implemented by the Brazilian Economic Authorities (BEAs) in response to the International Financial Crisis (IFC) of 2007-2008 and the current COVID-19 crisis of 2020. The main objective is to evaluate the effectiveness of those policies in different contexts, under the hypothesis that they are fundamental in times of recession. This is in line with the main arguments of Keynesian macroeconomics, which supports the theoretical framework of this analysis. The empirical part of the article analyzes the effects of shocks on fiscal (government spending) and monetary (interest rate) policies in the period between 1996 and 2019, using an MS-VAR model that considers two different regimes: high and low growth in Brazil. The main results indicate that the effects of monetary and fiscal policies are more pronounced in recessive contexts than in normal situations, supporting the centrality of activism in monetary policy and, particularly, in fiscal policy in reversing the crisis and uncertainty scenario as emphasized by Keynes.

Palavras-chave

International Financial Crisis | Covid-19 | Countercyclical Policies | Brazil

370. ESTRUTURA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA EM PERSPECTIVA INTERNACIONAL

João Batista Santos Conceição (UNISINOS); Róber Iturriet Avila (UFRGS)

Resumo

O Brasil tem uma das maiores concentrações de renda e de riqueza do mundo. A estrutura tributária brasileira também se destaca devido à sua regressividade, uma vez que a tributação indireta é predominante no País. Este trabalho tem como objetivo geral investigar as alíquotas estrutura do imposto de renda de pessoas físicas, do imposto de herança e doação e a tributação sobre os dividendos nos países da América Latina e na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). As comparações efetuadas mostraram que a estruturação dos tributos brasileiros é desalinhada sob o aspecto internacional e ajuda a explicar a baixa influência na redução da desigualdade de renda e de patrimônio no Brasil.

Palavras-chave

Tributação | Internacional | Brasil

376. RELAÇÃO DÍVIDA/PIB - INTOLERÂNCIA À DÍVIDA E AUSTRIDADE EXPANSIONISTA

Maria Isabel Busato (UFRJ); João Lins de Almeida (UFRJ)

Resumo

Esse artigo tem como objetivo discutir as bases teóricas e/ou empíricas que têm fundamentado o debate recente brasileiro sobre a necessidade de retomada da austeridade fiscal quando a economia ainda se encontra em meio à crise econômica e sanitária causada pela pandemia do covid-19. Os argumentos estão centrados na tese de intolerância à dívida, em nossa visão, inadequadamente utilizada para a realidade brasileira e na tese da austeridade expansionista amplamente questionada teórica e empiricamente, sobretudo pelos próprios principais defensores da austeridade expansionista que reconheceram que a austeridade, ao menos no curto prazo, é contractionista.

Palavras-chave

Austeridade Fiscal | Intolerância À Dívida | Austeridade Expansionista

378. DA NOVA MATRIZ ECONÔMICA AO TETO DE GASTOS: COMO A CONSTITUIÇÃO DE 88 ENTROU EM DEBATE?

Ana Paula Guidolin (UNICAMP)

Resumo

O Brasil passa atualmente pela crise econômica mais duradoura de sua história. Nesse período, além da costumeira discussão sobre política econômica, entrou na pauta do debate a viabilidade de se cumprir com o contrato social da redemocratização, representado pela Constituição de 1988. Neste artigo, em sua primeira sessão, são apresentadas diferentes narrativas sobre a origem da crise que começou em 2015. Para

a ortodoxia, a crise seria resultado de uma política fiscal irresponsável, incentivos industriais com base em critérios duvidosos, isolamento comercial internacional e queda na produtividade. Já para a heterodoxia os fatores responsáveis foram o freio nos investimentos e gastos públicos – intensificado em 2015 –, arrefecimento do ciclo de liquidez internacional, instabilidade em setores estratégicos pela Operação Lava Jato e por mudanças na regulação, mudanças na política cambial e acirramento do conflito distributivo. Cada narrativa sobre a crise levou a diferentes propostas para retomada do crescimento. A narrativa ortodoxa foi vencedora no debate público e, após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, começou a pautar mudanças nos fundamentos da Constituição de 1988, fenômeno analisado na segunda sessão. Os documentos “Uma ponte para o futuro” e a exposição de motivos da PEC 241 (EC 95, conhecida como Teto de Gastos) indicam um novo horizonte não só de política econômica, mas também de modelo de desenvolvimento e projeto de país.

Palavras-chave

Nova Matriz Econômica (NME) | Teto de Gastos | Constituição | Austeridade

390. FINANCEIRIZAÇÃO DO ESTADO E A CRISE DA DEMOCRACIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO BRASILEIRO

Linnit Pessoa (UFF); Vinícius Centeno (UFF)

Resumo

Este artigo investiga os aspectos políticos da financeirização, buscando compreender se as implicações do processo se caracterizam como antidemocráticas, uma vez que afetam a capacidade do Estado de cumprir suas obrigações junto à sociedade. Considerando a maior predominância do setor bancário-financeiro no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, a financeirização avança sobre as economias modernas de diversas maneiras, dentre elas, através do próprio Estado. O Estado financeirizado suscita questionamentos acerca da forma como a agenda de políticas econômicas passa a ser desenhada, a quem interessa a sua implementação e se está de acordo com as demandas da população. O trabalho busca traçar considerações sobre o Brasil, visto que a agenda de políticas econômicas que foi seguida a partir de 2015 (e, mais intensamente, em 2016) foi avessa à agenda eleita, com foco nas reformas estruturais liberalizantes aprovadas desde então, como a Emenda Constitucional 95/2016, o Novo Regime Fiscal, que impacta diretamente na capacidade de provisionamento do Estado. Para tanto, inicialmente realizaremos uma revisão de literatura sobre a financeirização, com destaque para a abordagem acerca da financeirização do Estado; em sequência, analisaremos os aspectos políticos da financeirização; por fim, o caso brasileiro será apresentado, indicando a ameaça democrática que o país enfrenta e sugerindo um possível avanço da financeirização do Estado.

Palavras-chave

Financeirização do Estado | Poder Das Finanças | Reformas Liberalizantes | Brasil

414. POLÍTICAS ECONÔMICAS NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NO MUNDO E NO BRASIL

Pedro Garrido da Costa Lima (Consultor - Câmara dos Deputados)

Resumo

São examinadas as políticas econômicas utilizadas no enfrentamento da crise decorrente da pandemia de Covid-19 no mundo e no Brasil. São analisados impactos globais da pandemia na economia e na sociedade e políticas pelo mundo, que incluem políticas monetárias e financeiras, pacotes fiscais e programas de retomada e de desenvolvimento produtivo. São discutidos impactos econômicos e sociais no Brasil e medidas de política econômica, como o arcabouço institucional criado, políticas monetárias, financeiras, fiscais e de mercado de trabalho e renda e a visão sobre consolidação fiscal e reformas do governo brasileiro. Argumenta-se a necessidade da continuidade de medidas de estímulo e de maior planejamento estatal para a recuperação do desenvolvimento econômico e social no Brasil e no mundo.

Palavras-chave

Covid-19 | Políticas Econômicas | Planejamento Econômico | Desenvolvimento Econômico e Social | Direito e Economia

ÁREA 4. TEORIA DO VALOR, CAPITALISMO E SOCIALISMO

266. A TEORIA DO DINHEIRO EM MARX - UMA ANÁLISE CRÍTICA DO LIVRO DE RUBIN

Gentil Corazza (UFRGS)

Resumo

Resumo O objetivo do texto é fazer uma análise crítica do livro de Rubín “Teoria do dinheiro em Marx”, recentemente publicado no Brasil. Entre seus méritos, pode ser arrolado seu pioneirismo, pois foi escrito na década de 1920, quando pouco se discutia a importância da questão do dinheiro, a qualidade do texto, que resume elementos essenciais da teoria de Marx, a relação intrínseca da teoria do dinheiro com a teoria do valor e a análise das contradições entre as funções do dinheiro. A análise crítica abrange pontos como a não inclusão da função meio de pagamentos e a consequente não abordagem da teoria do dinheiro de crédito e da teoria do capital, como partes constitutivas da teoria do dinheiro de Marx. Critica-se também a carência da perspectiva domovimento do dinheiro em deixar de ser apenas meio para as mercadorias circularem e constituir-se como sujeito e objetivo final do processo de acumulação e valorização do capital. É esta visão ativa e dinâmica do dinheiro que o leva a transformar-se em capital. Estes são os principais pontos de nossa análise crítica do livro de Rubín. Espera-se que a análise desses pontos críticos possa contribuir para um maior debate em torno dessa importante questão do pensamento de Marx.

Palavras-chave

Dinheiro | Marx | Rubín

292. O VALOR DAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE AS CGV

Alexis Nicolas Saludjian (IE-UFRJ); João Pedro Braga (IE-UFRJ); Rodrigo Fernandes (IE-UFRJ)

Resumo

Desde a década de 1990 acadêmicos discutem a dinâmica das Cadeias Globais de Valor (CGV) e os possíveis benefícios de inserção das indústrias nacionais como uma possível oportunidade de desenvolvimento. A partir desta literatura consolidada, este trabalho analisa criticamente as CGV desenvolvendo três pontos principais nos quais a narrativa de ganhos mútuos se mostra uma lente ideologicamente carregada para analisar a produção no âmbito do capitalismo global. O primeiro delas é a permanência de grandes diferenciais salariais entre trabalhadores nos países desenvolvidos e em desenvolvimento não devido somente a diferentes produtividades, mas também as estruturas produtivas e sociais sobre as quais se baseiam na exploração do trabalho. Adotando a interpretação de Selwyn (2019) e Quentin & Campling (2017), as CGV

acabam por reproduzir pobreza e desigualdade social entre os trabalhadores do Sul Global. O segundo ponto é sobre a possibilidade de movimentação e fuga de capitais e mais valor, facilitado e estimulado pela CGV, criando novas dinâmicas de desigualdade global entre países e intrapaíses. Por último, tratamos das dinâmicas de exportação de dano ambiental facilitados pela CGV, além de apresentar criticamente propostas reformistas ao atual cenário de degradação do meio ambiente. Assim sendo, este artigo sintetiza visões críticas à internacionalização cega do comércio proposta pela análise dominante das CGV na medida em que ela representa uma barreira sensível ao desenvolvimento socioeconômico no Sul Global.

Palavras-chave

Cadeias Globais de Valor | Desigualdade | Pobreza | Meio Ambiente

307. A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO ENQUANTO CATEGORIA ESPECÍFICA DA ACUMULAÇÃO E APROPRIAÇÃO DE RIQUEZA NOS PAÍSES DEPENDENTES

Camilla dos Santos Nogueira (FAPES - PDCTR/CNPq)

Resumo

O que será apresentado neste trabalho é em que medida o desenvolvimento teórico da categoria superexploração, desenvolvido ao longo das obras de Ruy Mauro Marini, aparece como fenômeno específico do capitalismo dependente e quais serão as dimensões dessa mesma categoria que podem aparecer como expressão da exploração da força de trabalho nos países do capitalismo central. Buscar-se-ão, dessa forma, nos meandros da construção teórica da superexploração, as distinções necessárias para o entendimento rigoroso do que essa categoria oferece para a interpretação de realidades concretas tão diversas. Devido à atual conjuntura internacional de crise econômica e tendência decrescente da taxa de lucro, a superexploração parece fenomenicamente estar disseminada em todo o mundo. Torna-se necessário entender quais as especificidades contempladas pela categoria superexploração.

Palavras-chave

Superexploração da Força de Trabalho | Teoria Marxista da Dependência | Crítica da Economia Política

319. PANDEMIA E CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Valéria Lopes Ribeiro (UFABC)

Resumo

O trabalho tem como objetivo analisar o contexto histórico em que emerge a pandemia do Covid-19 e discutir em medida o surgimento desse fenômeno expressa as contradições desse tempo histórico. Parte-se do entendimento de que a pandemia atual é tudo menos um fenômeno “natural”, na medida em que suas origens, formas de

manifestação e disseminação estão inscritas em um contexto histórico e social específico. Além disso, o trabalho procura debater como a pandemia pode contribuir para acentuar as contradições do capitalismo contemporâneo e exacerbar as tensões interestatais. A crise sanitária que se instaurou em 2020 tem gerado impactos substanciais tanto em termos de saúde pública, como em termos econômicos, sociais e políticos. Embora ainda seja cedo para analisar a profundidade da crise, a situação pregressa de baixo crescimento, profunda desigualdade e também de disputas interestatais (como entre Estados Unidos e China) sinalizam para a possibilidade de a pandemia agravar ainda mais as contradições econômicas e políticas.

Palavras-chave

Pandemia | Capitalismo | Crise

343. A TAXA DE LUCRO E AS MUDANÇAS NA COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Elizeu Serra de Araujo (UFMA)

Resumo

O presente trabalho discute dois aspectos da influência da composição do capital sobre a evolução da taxa de lucro. Em primeiro lugar, discute se alterações na composição do capital provocadas por elevação dos valores dos elementos materiais do capital constante ou do capital variável são capazes de fazer cair a taxa de lucro, e qual a importância desse fator vis-à-vis a elevação da composição técnica do capital. Em segundo lugar, discute até que ponto reduções dos valores dos elementos materiais do capital são capazes de impedir ou retardar a queda da taxa de lucro, apresentando algumas possibilidades de articulação dos componentes da composição orgânica do capital na exposição da lei da queda tendencial da taxa de lucro. A discussão se baseia na distinção entre mudanças orgânicas e não orgânicas na composição do capital.

Palavras-chave

Taxa de Lucro | Composição do Capital | Lei de Tendência

360. A QUESTÃO PRINCIPAL? UM DEBATE SOBRE A IMPORTÂNCIA DA CATEGORIA EXPORTAÇÃO DE CAPITAL EM LÊNIN

Hugo Corrêa (UFF); Leonardo Leite (UFF)

Resumo

Na preparação do livro O imperialismo, no seu rascunho, Lênin sistematiza, no fim do caderno 'beta' a estrutura que o livro deveria ter, a organização lógica dos argumentos que ele desenvolveria, e que, afinal, são muito similares com a estrutura com a qual o livro foi publicado. Nesta sistematização, ele indica, com essas palavras, a exportação de capital "como a questão principal" ("как главное"). No entanto, a ausência de texto explicativo nos rascunhos e a diferença com relação ao que apareceria na redação final dificulta sabermos a razão exata por que ele atribuiu ali às exportações de capital esse

protagonismo. Neste artigo, iremos desenrolar a hipótese de que a designação das exportações de capital como a questão principal nos rascunhos é plenamente compatível com sua caracterização do imperialismo na versão impressa do livro, na medida em que a categoria serve para articular o conjunto de problemas levantados pelo imperialismo e reafirmar a necessidade de pensar o capitalismo e sua superação em termos da necessidade da revolução mundial. Para demonstrar a plausibilidade desta hipótese, recorreremos à tese da unidade do pensamento de Lênin (desenvolvida por Lukács em 1924) e analisamos as intervenções teóricas e políticas de Lênin, de modo a chamar atenção para os fatos de que a transformação social foi pensada por ele em termos mundiais e que a exportação de capital se torna veículo da mundialização da luta de classes.

Palavras-chave

Lênin | Imperialismo | Exportação de Capital

362. A CATEGORIA DE CAPITAL FINANCEIRO E O FENÔMENO DA FINANCEIRIZAÇÃO: UMA ABORDAGEM MARXISTA

Vítor Lopes de Souza Alves (IE-Unicamp)

Resumo

Este artigo fornece definições para a categoria de capital financeiro e para o fenômeno da financeirização, tendo por base uma abordagem marxista. Inicialmente, faz-se uma apresentação das quatro formas concretas de capital expostas por Marx em *O capital*: o capital industrial, o capital comercial, o capital portador de juros e o capital fictício. Então, tomando como referência o capital financeiro de Hilferding, define-se o capital financeiro como a união destas diferentes formas concretas de capital sob uma mesma propriedade capitalista. Por fim, a financeirização é definida como um padrão sistêmico de acumulação de riqueza, correspondente a uma certa etapa histórica do capitalismo, em que o capital financeiro constitui a forma de capital preponderante, exercendo dominância financeira sobre as variáveis econômicas.

Palavras-chave

Marx | Hilferding | Capital Financeiro | Financeirização

379. A LEI COMO TAL: A FORMA MAIS CONCRETA DA LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Fabício Zanghelini (UFF)

Resumo

O objetivo do presente artigo é verificar os essenciais contornos do modo de produção capitalista que se desdobram na lei de tendência da queda da taxa de lucro, como também, dentro desse quadro estrutural, analisar os efeitos concretos da lei de tendência e as principais causas contrárias. A lei geral da acumulação capitalista, por sua vez, é uma

determinação mais abstrata das ilegalidades do capitalismo e, por meio da análise de suas consequências mais concretas, pode-se vislumbrar como o aumento da composição orgânica do capital acarreta numa diminuição da taxa média de lucro, exceto no tempo em que causas contra-arrestantes atuam em maior proporção. Em síntese, ao partir do processo metodológico de análise das formas mais abstratas às mais concretas, observa-se o desenvolvimento lógico-categorial do sistema capitalista e, tendo isto em vista, expõe-se a efetiva tendência da queda da taxa de lucro.

Palavras-chave

Lei Geral da Acumulação Capitalista | Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro | Causas Contrárias À Lei

392. O JOVEM HEGEL E A SUA CONTRIBUIÇÃO À TEORIA DA ALIENAÇÃO DE MARX

Petrus Alves Freitas (UFF)

Resumo

A teoria da alienação de Karl Marx compõe, sem dúvidas, uma das mais influentes vertentes desta temática e ainda hoje configura uma construção teórica pertinente, a qual permite realizar uma crítica contundente às relações sociais no capitalismo. É preciso ressaltar, diante disso, a incidência do filósofo idealista alemão Georg W. F. Hegel na construção teórica de Marx. Diversos autores dentro da tradição marxista se debruçaram neste ponto, com algumas interpretações que se afastam prontamente: seja pela identificação quase completa do método em ambos seja pela exclusão de qualquer relação entre eles. Discutir a influência que os escritos hegelianos tiveram sobre Marx parece ser não somente uma tarefa extremamente fecunda, mas também um terreno ainda em “disputa”. Em *O Jovem Hegel e os problemas da sociedade capitalista*, György Lukács expõe de maneira muito rica o itinerário de Hegel pela Alemanha e a tríade conceitual da “alienação” deste autor. Nesta obra, Lukács atribui a Hegel certas intuições do problema daquilo que, mais tarde, Marx chamaria de fetichismo da mercadoria. Isso nos permite compreender a relação entre nossos dois autores a partir da perspectiva de ruptura e continuidade, concepção tão necessária para fugirmos das interpretações extremas.

Palavras-chave

Marx | Hegel | Lukács | Alienação | Fetichismo

ÁREA 5. DINHEIRO, FINANÇAS INTERNACIONAIS E CRESCIMENTO

262. A RECICLAGEM EXTERNA E AS METAMORFOSES DO CAPITAL CHINÊS: UMA REFLEXÃO SOBRE SUA ATUAÇÃO NO SETOR DE ENERGIA NO BRASIL

Fernando Amorim Teixeira (UFF)

Resumo

No atual estágio do capitalismo globalizado, as formas pelas quais grandes investidores participam de projetos no setor de energia são múltiplas, tem caráter dinâmico, alta complexidade gerencial e capacidade de transmutação. Quando se trata de investimentos chineses no exterior, há ainda que se ter em mente um elemento *sui generis* que acaba por conformar seus diferentes tipos de participação: a imperativa necessidade de “exportar” divisas, reciclando (principalmente) dólares externamente. Objetiva-se no artigo compreender as formas de atuação dos diversos fundos chineses, partindo da estrutura do sistema monetário e financeiro internacional e, por meio de exemplos ilustrativos, demonstrar como atuaram nos financiamentos e investimentos no setor de energia no Brasil na última década.

Palavras-chave

Reciclagem Externa | Investimentos Chineses | Setor de Energia Brasileiro

284. BRASIL: O MERCADO DE CAPITAIS COMO ALAVANCA DA FINANCEIRIZAÇÃO?

Lena Lavinias (IE-UFRJ); Eliane Araujo (Universidade Estadual de Maringá); Denise Lobato Gentil (IS-UFRJ)

Resumo

O presente artigo busca demonstrar que, apesar da profunda deterioração dos indicadores sociais e econômicos em meio a uma crise sem precedentes no plano social, político e econômico, o Brasil adentrou uma nova fase do processo de financeirização, desta vez sob a batuta do mercado de capitais. O artigo recorda as diferentes fases do processo de financeirização por onde passou o país, de um processo elitizado a uma dinâmica de massa, destacando como a recente queda acentuada da taxa Selic favoreceu uma forte valorização dos ativos financeiros no mercado de capitais. Testamos a hipótese do surgimento de um novo padrão de financeirização, agora liderado pelo mercado de capitais, usando um modelo de regressão com uma amostra constituída por 81 segmentos não financeiros da economia, amostra essa obtida na base da Economatica, entre 2010-2019. Os resultados indicam uma troca de comando no regime de acumulação brasileiro, a partir do declínio da taxa Selic, que dá lugar ao surgimento de novos drives desta feita liderados pelo crédito corporativo e - novidade - pelo investimento em ações.

Palavras-chave

Mercados de Capitais | Financeirização Corporativa | Economia Brasileira

285. A LEI DE THIRLWALL SOB O ESCRUTÍNIO DO INSTITUCIONALISMO RADICAL

João Gabriel Nascimento de Almeida (UFABC)

Resumo

A lei de Thirlwall pressupõe uma revolução no entendimento de que as diferenças no crescimento econômico se dão por competição via preço, mas sim via sofisticação e diferenciação de produtos. A resiliência da lei se dá pelas dificuldades institucionais do financiamento externo ou desvalorização cambial de manter incrementos suportáveis. Há a dificuldade da política econômica de alterar as elasticidades renda de importação e exportação pelo investimento direto devido a dinâmica das remessa de lucros, juros e dividendos; através do financiamento externo, que podem sofrer de um choque de juros em um cenário de fragilidade financeira. Essas dificuldades vêm do caráter exógeno dos parâmetros do serviço da dívida ou da perenidade do investimento permitiro catching-up. As contribuições de Karl Polanyi sobre as motivações e formas de integração das transações econômicas ajudam a explicar o desenvolvimento do leste asiático e da reconstrução do plano Marshall que escaparam dessas armadilhas. O crescimento como um fenômeno de coordenação financeira e planejamento demonstra o caráter de “troca de presentes” e não o Laissez-Faire da ortodoxia. O crescimento mundial “wage-led” dos modelos kaleckianos demonstra que a economia moderna segue um reenraizamento da economia da sociedade, conceito chave de Polanyi.

Palavras-chave

Lei de Thirlwall | Balanço de Pagamentos | Institucionalismo Radical | Economia Pós-Kenesiana | Karl Polanyi

306. AS REGULAÇÕES FINANCEIRAS DO BIS E O MERCADO DE BALCÃO (OTC), O IMPACTO DA CRISE DE 2007/2008 NAS REGULAÇÕES: MAIS DO MESMO OU UMA DESCONTINUIDADE

Luiz M Niemeyer (PUC-SP); Marina Fernandes da Silveira (PUC-SP)

Resumo

Os impactos da crise financeira de 2007/2008 ainda são sentidos na economia mundial. Muitos estudos acadêmicos focaram em identificar as causas da crise. Entre estas se incluem com destaque, a negociação de derivativos no mercado balcão (over the counter markets -OTC). Este mercado apresentou expressivo crescimento no século XXI. O principal objeto de análise são as regulamentações e publicações do Bank for International Settlements (BIS) após a crise de 2007/2008 com ênfase no mercado OTC. O estudo é baseado, especificamente, na revisão das normas publicadas pelo BIS e pelo Basel Committee on Banking Supervision (BCBS), bem como nas suas estatísticas a respeito do mercado OTC antes e depois da crise. O principal argumento é que as normas analisadas são insuficientes para inibir o desenvolvimento do mercado OTC. A conclusão é que as novas regulações são incapazes de inibir este mercado, devido ao lobby das instituições financeiras para manter estas operações altamente lucrativas. Os dados do

Banco Mundial e do BIS mostram uma tendência de aumento destas operações, mesmo após a crise.

Palavras-chave

Derivativos | Sistema Financeiro | Economia Internacional | Mercados Otc | Bis | Shadow Bank

322. TRANSIÇÃO VERDE - RISCOS CLIMÁTICOS E SUA IMPREVISIBILIDADE PARA O SISTEMA FINANCEIRO

Fernanda Feil (UFF); Carmem Feijó (UFF)

Resumo

A crise do Covid-19 colocou em cheque a narrativa mínima do Estado como um caminho para as economias de mercado alcançarem o desenvolvimento sustentável. A quádrupla crise se soma aos dilemas que o sistema neoliberal expõe, especialmente no que diz respeito ao aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas e à rápida destruição ambiental e ao processo drástico de mudanças climáticas. Essa pode ser uma oportunidade de mudar o foco das políticas públicas para uma transição verde, visando uma mudança estrutural que centre o Estado como planejador de longo prazo focando na transformação estrutural sustentável. Nesse sentido, estamos obrigados a discutir o escopo das políticas macroeconômicas - mas compreendendo que a economia política desempenhará um papel essencial na transição verde. É preciso repensar o papel do Estado, bem como as políticas econômicas e kits de ferramentas disponíveis ao Estado. A solução inclui a criação de instrumentos que apoiem as transformações necessárias. As instituições financeiras públicas, particularmente os bancos de desenvolvimento, são instrumentos essenciais de políticas públicas para garantir a transição verde e a inovação necessárias para desenvolver e promover o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a construção de uma nova convenção para promover o desenvolvimento sustentável baseado na inovação tecnológica e na cooperação é essencial. O papel do planejamento de longo prazo assume importância central nesse conceito.

Palavras-chave

Transição Verde | Banco de Desenvolvimento | Finanças Verdes | Green Quantitative Easing | Estado Planejador

353. UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO À LUZ DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA NO PERÍODO 1990-2010

Júlia Leal (UFRJ); Mateus Coelho Ferreira (UFRJ)

Resumo

O presente artigo tem como objetivo fazer uma análise do processo de financeirização, em particular na sua forma subordinada, tendo como exemplo o caso brasileiro entre os anos de 1990 e 2010. Este período é significativo para compreender a financeirização da

economia brasileira diante das diversas mudanças ocorridas na condução da política econômica e da introdução de reformas estruturais que tiveram como pontos de partida a renegociação da dívida externa no Plano Brady, o Plano Real de combate à inflação e, posteriormente, a implementação do tripé macroeconômico. Essas medidas fizeram o país entrar em um ambiente financeirizado, comprometendo o crescimento econômico e intensificando a vulnerabilidade da economia brasileira. Além disso, a autonomia de política econômica fica mais restritiva, visto que o Banco Central precisa manter juros elevados para atrair capitais externos e estabilizar a taxa de câmbio, mesmo com acúmulo relevante de reservas internacionais no período. Esse fato fica mais evidente na crise de 2008 dado que, apesar do governo ter realizado medidas contracíclicas no campo fiscal e de crédito direcionado, a política monetária foi mais restritiva para manter a taxa de câmbio diante de uma expressiva fuga de capitais.

Palavras-chave

Financeirização | Financeirização Subordinada | Economia Brasileira | Autonomia de Política Econômica

372. TIPO DE CAMBIO Y POLITICA MONETARIA EN EL CICLO FINANCIERO GLOBAL

Guillermo Gigliani (Universidad Nacional de Moreno (Argentina))

Resumo

En el presente trabajo se examina la relación entre tipo de cambio y tasa de interés en el contexto actual de la globalización. Tras una introducción, la sección segunda hace un recorrido por Bretton Woods y por el período que se abre con la crisis de 1971, de internacionalización de los flujos financieros. Bajo la globalización, el mercado mundial se constituye en el elemento dominante en su relación con el estado-nación. En los años noventa, la volatilidad financiera y el auge de los flujos crediticios provocaron sucesivas crisis cambiarias y monetarias, sobre todo, en la periferia. En 2007-2009 sobrevino el colapso de las securities hipotecarias en los Estados Unidos. La sección tercera expone los nuevos rasgos posteriores a este suceso, en un contexto de extensión del dólar en la economía mundial. Un hecho nuevo muy importante está dado por la existencia de un ciclo financiero global y de una dinámica propia de ese ciclo que está determinada por la política de la Reserva Federal. La sección cuarta muestra que, bajo la globalización los tipos de cambios flexibles pierden su eficacia para garantizar un manejo autónomo de la política monetaria y ello ha replanteado el debate sobre el control de capitales. En la sección quinta, se examina el principio de compensación. Lavoie muestra que el banco central puede aplicar la política de esterilización y manejar así el tipo de cambio (tipos flexibles) y la política monetaria con libre circulación de capitales. Se trata de otra objeción al principio de Mundell-Fleming.

Palavras-chave

Câmbio | Política Monetária | Crítica a Mundell-Fleming

416. CONTRIBUIÇÕES À ATUALIZAÇÃO DO CONCEITO DE CENTRO-PERIFERIA À LUZ DO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO: O CASO BRASILEIRO

Renan Ferreira de Araujo (UNICAMP); Gabriel Quatrochi (UNICAMP)

Resumo

O presente artigo tem como objetivo demonstrar como a financeirização contribui para aprofundar a relação centro-periferia e de que forma esta ganha contornos singulares quando expressa em países periféricos, com destaque, o Brasil. Para tal, em um primeiro momento é construída a definição de financeirização como padrão sistêmico de riqueza e de que forma as políticas neoliberais originadas a partir do colapso de Bretton Woods funcionam como ferramenta deste novo padrão de acumulação. A partir disto, o artigo busca consolidar o argumento ao relacionar a mudança do papel do Estado sob o neoliberalismo, com enfoque nas modificações da estrutura econômica brasileira a partir da década de 1990 e de que forma isto contribui para consolidar um tipo particular de financeirização no Brasil. Como consequência, a construção de um regime de crescimento completamente associados com a lucratividade financeira e a perda da autonomia da política econômica.

Palavras-chave

Financeirização | Neoliberalismo, Centro-Periferia | Estado | Brasil

ÁREA 6. ESPAÇO E MEIO AMBIENTE NO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

316. CRISE ESTRUTURAL, CRISE URBANA E MILITARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE SOBRE O URBANISMO MILICIANO-MILITAR NO RIO DE JANEIRO

Utanaan Reis (UFRRJ)

Resumo

A violência e, mais especificamente, a atuação, expansão e complexificação das milícias tomaram proporções agudas no estado do Rio de Janeiro. As milícias, que durante décadas se desenvolveram embaixo dos panos, tornaram-se o principal assunto e problema da segurança pública carioca no momento presente. Destarte, duas perguntas geralmente são feitas: qual o motivo de seu crescimento e como se desenvolveu sem que houvesse publicização e atuação por parte do poder público. Apesar das várias explicações consagradas e esforços no sentido de caracterização desses grupos, o objetivo do presente artigo é trazer uma análise pouco difundida nos estudos sobre as milícias, qual seja, a compreensão a partir da conexão entre o urbanismo militar ou urbanismo miliciano no Rio de Janeiro, com as cidades neoliberais/globais e a crise estrutural do capital que se manifesta desde a década de 1970.

Palavras-chave

Crise Estrutural | Crise Urbana | Militarização | Urbanismo Militar

333. DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NA AMAZÔNIA ORIENTAL: MUDANÇAS RECENTES NOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS MINERADOS DO SUDESTE PARAENSE

Antônia Larissa Alves Oliveira (UNIFESSPA); Giliad de Souza Silva (UNIFESSPA)

Resumo

A região Amazônica passou e tem passado por várias mudanças ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI. As políticas de desenvolvimento voltadas para a região no século XX corroboraram para o dinamismo econômico, que a parte oriental da Amazônia tem na contemporaneidade, centrado no setor agropecuário, mas sobretudo no setor mineral. A indústria extrativa mineral tem ampliado seu papel na economia, principalmente no estado do Pará, onde estão instalados os principais projetos de mineração do Brasil, concentrados nos municípios de Marabá, Canaã dos Carajás e Parauapebas, na mesorregião sudeste paraense. Os indicadores econômicos desses municípios mostram que o setor mineral tem ganhado um peso relevante, mas apesar da bonança econômica, no longo prazo a exaustão das minas pode gerar impactos econômicos negativos caso não seja criada alternativas econômicas.

Palavras-chave

Mineração | Indicadores Econômicos | Municípios Minerados

407. O BUEN VIVIR NO EQUADOR: TERIA UM CONCEITO TEÓRICO CONVERTIDO EM PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL SE REFLETIDO EM MUDANÇA ESTRUTURAL PARA O DESENVOLVIMENTO?

Rodolfo Vaz (UFABC); Cristina Fróes de Borja Reis (UFABC)

Resumo

O objetivo deste trabalho é investigar a dinâmica econômica recente no Equador considerando os desafios assumidos com a adoção como princípio constitucional de um ideal de sustentabilidade ecológica, advindo dos povos originários da América Latina: o Buen Vivir. O processo histórico que consagrou esse conceito fez a experiência equatoriana se destacar na história da onda progressista na América do Sul. A planificação econômica definiu como dimensão fundamental a necessidade de diversificar a estrutura produtiva. No entanto, as condições de dependência da extração petrolífera apresentaram uma situação objetiva de financiar políticas de redução de desigualdades com a intensificação dessa atividade. O presente trabalho buscou compreender esse processo percorrendo a trajetória teórica desde o estruturalismo até o Buen Vivir, analisando as principais propostas dos planos econômicos do Equador no período do governo de Rafael Correa e analisando a dinâmica da economia nesse período, considerando a complexidade exportações, composição industrial do valor adicionado, bioeconomia, variáveis macroeconômicas relevantes e de produtividade material. Concluiu-se que a evolução da economia equatoriana não possibilitou o desenvolvimento segundo os parâmetros do Buen Vivir.

Palavras-chave

Desenvolvimento | Sustentabilidade | Buen Vivir | Mudança Estrutural | Equador

ÁREA 7. ESTADO, TRABALHO E POLÍTICAS PÚBLICAS

265. EXCEDENTE DE MÃO DE OBRA E MARGINALIDADE SOCIAL NO BRASIL NO PERÍODO 1960-1970

Pedro Henrique Evangelista Duarte (UFG); Gabriela Fernandes (UFG)

Resumo

categoria Superpopulação Relativa, elaborada por Karl Marx, se refere ao conjunto da força de trabalho que é gradualmente alijada do sistema produtivo, à medida em que avança o modo de produção capitalista, em decorrência do incremento da composição orgânica do capital. A partir da década de 1960, essa categoria foi retomada por autores latino-americanos, com o intuito de compreender suas possíveis particularidades nos países periféricos e dependentes, dando origem ao que se convencionou chamar de Teoria da Marginalidade Social. Considerando estas perspectivas teóricas, o objetivo do presente artigo é realizar uma análise da marginalidade social no Brasil nos anos 1960 e 1970, buscando entender suas formas de manifestação, a partir das transformações operadas não apenas no conjunto da estrutura produtiva, mas também nas relações capital-trabalho verificadas no período.

Palavras-chave

Superpopulação Relativa | Marginalidade Social | Massa Marginal | Polo Marginal | América Latina

276. A REFORMA TRABALHISTA DE 2017 E O APROFUNDAMENTO DO NEOLIBERALISMO AUTORITÁRIO NO BRASIL

Guilherme Caldas de Souza Campos (CESIT-UNICAMP); Jonas Teixeira Couto Campos (IE-UNICAMP); Hugo Goulart de Faria (IFCH-UNICAMP)

Resumo

Partindo da análise de autores críticos ao pensamento neoliberal e da contextualização política, econômica e social do golpe de estado jurídico-parlamentar de 2016 no Brasil, este trabalho visa explorar a lógica argumentativa e de aplicação da Reforma Trabalhista de 2017. Após a introdução, expomos o contexto político que levou ao impeachment da presidente eleita Dilma Rousseff à imposição da hegemonia neoliberal, dando ênfase para os conflitos de classe que o sucederam e a crise do modelo neodesenvolvimentista. Em seguida, partimos para a caracterização do pensamento neoliberal a partir de autores críticos a esta linha teórica, procurando demonstrar como se opera a sua lógica. Por fim, a partir da análise dos argumentos mobilizados na tramitação da Reforma Trabalhista, procuramos demonstrar o seu alinhamento com o pensamento neoliberal, e a título de considerações finais, apontar para seu caráter autoritário e antidemocrático.

Palavras-chave

Neoliberalismo | Democracia | Reforma Trabalhista

278. AGENDA TRABALHISTA NO PÓS-REFORMA E DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: A UTILIZAÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS E DECRETOS EXECUTIVOS PARA AVANÇO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

André Monici Sabino (UNICAMP); Ana Cristina Alves (UNICAMP)

Resumo

A Lei nº 13.467/2017 sabidamente acarretou diversas e profundas alterações nas relações individuais e coletivas de trabalho, e desde a sua edição, tem-se observado uma intensificação na utilização de medidas provisórias e decretos executivos, que, à imagem e semelhança da Reforma Trabalhista, são publicizadas como indispensáveis para a geração de empregos e modernização da legislação trabalhista. Neste sentido, o estudo em questão visa realizar uma análise técnica sobre a viabilidade em se promover essas modificações mediante tais opções legislativas, bem como uma investigação crítica acerca dos respectivos conteúdos; verificando, em última instância, que além de não alcançarem os objetivos alegados, flexibilizam as normas trabalhistas e precarizam ainda mais as relações de trabalho. Por fim, se buscará traçar quais são as perspectivas da agenda trabalhista dentro do contexto da pandemia de Covid-19, que se encontra em pleno avanço no país.

Palavras-chave

Precarização | Trabalho | Pandemia | Medidas Provisórias | Decretos

286. O DESEMPENHO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E ANÁLISE DO FINANCIAMENTO ATRAVÉS DO FUNDEB

Elena Soihet (UFRRJ); Livia Mafra Santana (UFRRJ)

Resumo

Os indicadores avaliadores da qualidade da educação brasileira como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos, PISA e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, IDEB sinalizam que o desempenho dos estudantes brasileiros não vem apresentando resultados satisfatórios tanto em nível nacional como também quando comparado com demais países da América Latina. O presente trabalho resgata os antecedentes da criação da Lei de Diretrizes Básicas (LDB) e suas principais alterações ao longo do tempo. O principal objetivo deste artigo é analisar o financiamento da educação do ensino fundamental no município do Rio de Janeiro, através do Fundo de Manutenção da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Outro ponto importante é verificar o desempenho da Educação do Estado e Município do Rio bem indicar algumas medidas para melhoria da gestão educacional.

Palavras-chave

Educação | Financiamento | Política Governamental | Rio de Janeiro

288. COMENTARIOS CRÍTICOS RESPECTO EL PROBLEMA DE LA RELACIÓN ENTRE SUJETOS BAJO LA FORMA CAPITAL: NOTAS PARA UN ABORDAJE ONTOLÓGICO DEL ESTADO

Hugo R. Tavares (UAM)

Resumo

Este trabajo busca plantear algunos elementos fundamentales para un posible análisis materialista y ontológico del Estado bajo la forma capital. A partir de consideraciones acerca el método dialéctico presente en el desarrollo de las categorías materiales de El Capital, buscamos identificar la debida posición de las relaciones jurídicas y políticas que se realiza entre sujetos en la totalidad de la reproducción social capitalista. Se trata de identificar el sujeto, sus relaciones jurídico-políticas y sus desdoblamientos lógicos como la forma más elemental del Estado capitalista que se manifiestan como categorías presupuestas al largo del desarrollo lógico de la forma valor. Esto significa desarrollar el contenido material del Estado a partir de sus formas y categorías más simples y elementales, dando al Estado su posición al final de la exposición. Se identifica la relación del valor consigo mismo como la objetividad social que determina las relaciones entre sujetos, de manera que las formas jurídicas y políticas (y sus desdoblamientos) poseen un devenir material ontológicamente determinado por el valor en un movimiento específico. Analizar las contradicciones impuestas por este movimiento nos permite identificar y desarrollar las contradicciones existentes en la relación entre sujetos y en su forma más compleja de Estado.

Palavras-chave

Estado Capitalista | Forma Sujeto | Formas Jurídica Y Política | Fetichismo de La Mercancía | Deducción Ontológica

290. PROTEÇÃO SOCIAL E CAPITALISMO: SOCIALIZANDO O “DESENVOLVIMENTO”

Rosa Maria Marques (PUCSP)

Resumo

Os sistemas de proteção social atualmente vigentes são resultado de uma longa construção histórica, para a qual contribuíram fatores políticos, econômicos e sociais. Tais sistemas compreendem um conjunto de políticas de Estado no intuito de prover a cobertura dos riscos advindos da invalidez, da velhice, da doença, do acidente de trabalho e do desemprego. Mas é hora de pensarmos em outra proteção social, que não tenha o trabalho como fundamento ou referência, dada a mudança do mundo do trabalho. O caminho a ser seguido já nos foi apontado e está inserido no interior de sistemas de proteção em vigor no segmento saúde. Seus fundamentos são os do bem comum e seu acesso é dado pela cidadania e não pela meritocracia e pelo trabalho. Esses princípios devem nortear a construção de uma nova proteção social, que deve ter como fundamento a cidadania e o Estado deve ser seu organizados e financiador.

Palavras-chave

Proteção Social | Mundo do Trabalho

291. O SACRIFÍCIO DO TRABALHO EM RESPOSTA À CRISE CAPITALISTA

Luciana Caetano da Silva (UFAL)

Resumo

No Brasil, a universalização dos direitos democráticos pela Constituição Federal de 1988 abriu novas expectativas aos estratos sociais de baixa renda, ao mesmo tempo, freada pelo neoliberalismo e por uma cultura assentada na exploração do trabalho e na relativização da extrema pobreza. Os anos 1990 já sinalizavam com o desmantelamento de direitos trabalhistas, embora nada comparável com as reformas realizadas entre 2016 e 2019. Em três anos, a sociedade brasileira, sem ter alcançado a consolidação do Estado Social, enfrentou a desestruturação da proteção social e o recrudescimento da concentração de renda e da extrema pobreza, em nome da redução da razão dívida/PIB. Após cinco de estagnação econômica, o país enfrenta a crise pandêmica (2020-2021) cujos resultados têm afetado em maior grau os que dispõem apenas da própria força de trabalho. Este artigo se propõe abordar a crise pandêmica em meio à prolongada estagnação econômica, pela perspectiva do trabalho.

Palavras-chave

Covid-19 | Crise Econômica | Trabalho e Renda | Desemprego | Desigualdade Social

293. SOBRE A VIABILIDADE DE UM PROGRAMA DE GARANTIA DE EMPREGOS NO BRASIL: DOS DESAFIOS À INSTITUCIONALIDADE DESEJADA

Caio V. F. Vilella (UFRJ)

Resumo

O desemprego tem se mostrado uma constante na história brasileira. Mesmo em períodos de maior estabilidade, uma parcela da população continua sendo preterida pelo mercado de trabalho. Seja para conduzir o mercado de trabalho para o pleno emprego, seja para regulá-lo neste nível, o presente texto propõe um Programa de Garantias de Emprego (PGE) e busca mapear seus obstáculos em uma economia periférica como a brasileira. Além de apontar as barreiras externa e inflacionária como principais preocupações, o texto elenca as características desejáveis que o PGE tupiniquim deveria incorporar a fim de garantir sua manutenção perene. Sem a pretensão de esgotar o debate, este texto pretende trazer uma proposta de política ecoada internacionalmente para o debate acadêmico brasileiro.

Palavras-chave

Programa de Garantia de Empregos | Restrição de Balanço de Pagamentos | Inflação

300. O TRABALHO DAS MULHERES E A PANDEMIA DA COVID - 19: ENTRE A PRODUÇÃO E A REPRODUÇÃO DO TRABALHO

Maryanna Nascimento de Oliveira Silva (UNICAMP); Thaís Alegri Silva (UNICAMP)

Resumo

O artigo busca discutir como o trabalho das mulheres foi afetado pela pandemia da Covid19, levando em consideração as atividades produtivas e reprodutivas desempenhadas pelo sexo feminino. Neste sentido, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com base nos conceitos de divisão sexual do trabalho, reprodução social do trabalho e do trabalho de cuidados. A natureza do trabalho é exploratória na perspectiva de abordar como as desigualdades presentes na relação entre homens e mulheres beneficiam o sistema capitalista de produção. Assim, foi possível perceber que o trabalho realizado gratuitamente pelas mulheres sustenta as relações de produção e que o Estado tem falhado em sua função de prover políticas públicas que possam diminuir as desigualdades entre os sexos.

Palavras-chave

Produção e Reprodução do Trabalho | Pandemia | Trabalho das Mulheres

304. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DAS COMPREENSÕES DAS MULHERES ACOMPANHADAS EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FORTALEZA/CE

Francisco Rafael de Castro Chaves (UECE); Paula Raquel da Silva Jales (UFPI); Yashmin Michelle Ribeiro de Araujo (UECE)

Resumo

A assistência social se afirma como política pública de seguridade social garantidora de direitos na Constituição Federal de 1988 e legislações posteriores. A criação e implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) direcionou a integração entre serviços socioassistenciais e Programas de Transferência de Renda, especialmente o Programa Bolsa Família (PBF). Neste sentido, objetivamos refletir sobre as compreensões do PBF por parte das mulheres acompanhadas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), localizado em Fortaleza-Ceará. Através de pesquisa bibliográfica, documental e de entrevista semiestruturada no CRAS supramencionado junto a oito mulheres, concluímos que estas compreendem o Bolsa Família de diferentes formas, revelando, em alguns momentos, desconhecimento quanto aos seus objetivos e condicionalidades. Houve associação a uma gratificação merecida aos que são pobres; a uma ajuda que representa o sustento mensal garantidor de uma suposta estabilidade favorecedora da sobrevivência; a um recurso que possibilita aumento na variedade da compra de produtos ou pagamento de contas; ou ainda como meio que favorece a autonomia e o poder de decisão feminina no âmbito familiar. Refletimos, com base nestas afirmações, sobre a necessidade de que as pessoas inseridas no PBF reconheçam o real sentido do programa; e que este possibilite a articulação entre as diversas políticas

existentes em sua totalidade para que as famílias e indivíduos inseridos superem a situação de pobreza, desenvolvendo seu protagonismo.

Palavras-chave

Política de Assistência Social | Programas de Transferência de Renda | Programa Bolsa Família

314. MUDANÇAS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: OS EFEITOS DA CRISE ECONÔMICA DE 2015 E DA CRISE DO COVID-19

Ohanna Larissa Fraga Pereira (Unicamp); Caroline Lucion Puchale (UFRGS)

Resumo

O Brasil passou por um período de crescimento com inclusão social no início do século XXI. Contudo, a partir de 2015, uma crise político-econômica-institucional se agravou para o campo social e inverteu a trajetória de melhorias. Complementarmente, a crise sanitária mundial do COVID-19, surgiu em 2020 no Brasil agravando o cenário de declínio. Diante disso, o objetivo deste artigo é estudar as mudanças em indicadores de trabalho no Brasil pós-crise de 2015 e durante a crise do COVID-19. Para isso utilizou dados da PNADCT entre 2012 e 2020 e da PNAD COVID-19. Os resultados mostraram que as condições de mercado de trabalho no Brasil sofreram um aumento no número de desocupados, queda nos rendimentos de trabalho das famílias, aumento da taxa de informalidade e acréscimo na subocupação. Essa deterioração nos indicadores de trabalho iniciada com a crise de 2015, foi potencializada com a crise do COVID-19 e mostrou a fragilidade atual do mercado de trabalho no Brasil, agravada pelo governo neoliberal em curso.

Palavras-chave

Mercado de Trabalho | Crise Econômica | Covid-19

354. IMPACTOS ECONÔMICOS DA REFORMA TRABALHISTA DE 2017

Marcelo Manzano (UNICAMP)

Resumo

No presente artigo busca-se refletir sobre os virtuais impactos econômicos da reforma trabalhista por meio da análise de determinados fatos estilizados concernentes às hipóteses daqueles que a defendiam como necessária para dinamizar a economia brasileira e ampliar sua competitividade externa. O artigo parte de uma seção introdutória na qual são apresentados de forma sumária os argumentos e as motivações daqueles que defenderam e promoveram a reforma. Em seguida, faz-se uma análise da evolução de cinco indicadores macroeconômicos caros aos reformadores (nível de atividade, taxa de investimento, taxa de produtividade do trabalho, comércio exterior e consumo agregado), a partir da qual conclui-se que, a despeito das limitações metodológicas, do contexto político e econômico especialmente conturbado e do curto

período de tempo transcorrido desde a reforma, não há qualquer indicação consistente de melhora no metabolismo econômico ou na competitividade externa do país.

Palavras-chave

Reforma Trabalhista no Brasil | Neoliberalismo | Estagnação Econômica, Desregulamentação do Trabalho | Precarização

366. AS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: VANGUARDAS NO ATRASO

Camila Kimie Uginô (PUCSP)

Resumo

O artigo tem como objetivo examinar os efeitos da prática política do Estado burguês na conformação e nas reformas da previdência social no Brasil, diante do capitalismo financeirizado. Consideramos que a política de Estado, organizando os interesses hegemônicos da fração burguesa bancária-financeira, vem promovendo uma retirada dos direitos sociais ao longo de décadas. Para tanto, iniciamos o texto num nível mais geral e teórico sobre a conceituação do Estado burguês. Posteriormente, a avaliação recaiu sobre as práticas de política de Estado, diante do capitalismo contemporâneo financeirizado, destacando a materialização de uma “agenda” política neoliberal. Por fim, apresentamos as principais transformações no sistema previdenciário brasileiro e o sentido de destruição dos direitos previstos na Constituição de 88, desprotegendo o trabalhador e atendendo aos interesses privados de frações de classe.

Palavras-chave

Política Social | Reforma da Previdência Social | Estado Burguês

381. NEOLIBERALISMO COMO RACIONALIDADE: UMA ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS DE DUAS MEDIDAS ECONÔMICAS

Jonas Campos (IE/UNICAMP); Adriana Nunes Ferreira (IE/UNICAMP)

Resumo

Este artigo busca investigar os fundamentos teóricos que servem de justificadores dos argumentos de defesa de duas reformas que tiveram como objeto o trabalho no Brasil no período recente, a reforma trabalhista de 2017 e a Medida Provisória da Liberdade Econômica (MPLE) de 2019. Primeiramente, a partir do conceito de racionalidade neoliberal, propomos que é possível entender as proclamações de neutralidade das reformas não como uma efetiva neutralidade, mas como um aspecto retórico ligado a um projeto político específico, o neoliberalismo. São apresentadas, então, as formulações das escolas mais recentes da macroeconomia convencional, com a intenção de mostrar o lastro que os neoliberais têm dentro da Ciência Econômica para clamar o caráter científico, técnico e racional de suas proposições de reforma do mundo do trabalho. Em seguida, são analisados os argumentos contidos nos principais textos apresentados ao

Congresso Nacional em defesa das reformas. Por fim, são ensaiadas algumas considerações finais.

Palavras-chave

Neoliberalismo | Reforma Trabalhista | Teoria Macroeconômica | Foucault

386. FUNDO PÚBLICO: A DISPUTA ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO PELOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA BAHIA, CEARÁ E PERNAMBUCO – 2015 A 2018

Beatriz Vieira (UFDFPAR); Jéssica Bazzanela (UFDFPAR)

Resumo

A disputa pela direção do gasto no interior do fundo público, evidencia as prioridades do Estado na aplicação dos recursos públicos. No capitalismo contemporâneo essa disputa de recursos na esfera do orçamento estatal tem sido cada vez mais acirrada, cobrando-se ainda mais o papel do fundo público na promoção do bem estar social. O fundo público vem sendo padrão dominante no financiamento do capital bem acima dos investimentos em políticas sociais nos países de capitalismo dependente. Revelar como essa disputa se expressa no interior dos Estados é de extrema relevância para entender quais os interesses estão sendo realmente priorizados pelos governos na periferia do capitalismo em crise. Nesse sentido o artigo teve como objetivo analisar o montante, o destino e a relevância dos gastos social e financeiro nos Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. Para tanto realizou pesquisa documental sobre a execução orçamentária da despesa, junto aos sítios eletrônicos dos governos estaduais, e constatou o aumento dos gastos orçamentários, o incremento da participação do gasto social no gasto total da BA e PE, o crescimento do gasto financeiro no CE e a relevância do gasto social para os Estados.

Palavras-chave

Fundo Público | Orçamento Público | Gasto Social | Gasto Financeiro

388. TRABALHO NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Marcelo Manzano (UNICAMP); José Dari Krein (UNICAMP); Marilane Teixeira (UNICAMP)

Resumo

No presente artigo se propõem a refletir sobre as incontornáveis transformações que, carreadas pela crise da Covid-19, se sobrepuseram ao mundo do trabalho em geral e em particular em países como o Brasil, marcados pela condição periférica e pela persistência do excedente estrutural de força de trabalho. O artigo começa com a apresentação das características estruturais do mercado de trabalho brasileiro e uma breve análise da dinâmica das ocupações no período mais recente. Em seguida, faz-se uma reflexão sobre as múltiplas dimensões da crise (civilizacional, política, econômica) para então delinear algumas diretrizes programáticas, não apenas para pensar em formas de superação da atual crise do trabalho no Brasil, mas principalmente para provocar uma discussão a

respeito da redefinição do próprio sentido e configuração do trabalho na quadra atual da história e em um contexto político e econômico carregado de tensões e contradições como as que estiveram vigentes no Brasil na segunda década do século XXI.

Palavras-chave

Mundo do Trabalho | Covid-19 | Mercado de Trabalho-Brasil | Excedente Estrutural de Força de Trabalho

395. REFORMA TRABALHISTA DE 2017: ORIGENS, SENTIDOS E DESDOBRAMENTOS

Julia Bustamante (UFRJ)

Resumo

O presente artigo parte da compreensão da atual etapa capitalista erigida a partir da resolução da crise dos anos 1970, da crise enfrentada por esta forma histórica e das especificidades do capitalismo dependente brasileiro, para: (i) entender o papel das reformas trabalhistas diante da necessidade de se fazer frente a crise atual; (ii) analisar particularidades do capitalismo brasileiro, de modo a (iii) destacar alguns dos interesses que atuaram para a aprovação da Reforma Trabalhista de 2017, a partir da compreensão de seu sentido geral situado no contexto vivido pela sociedade brasileira de então. Por fim, (iv) tecem-se algumas observações sobre o futuro do trabalho no país, a partir das perspectivas das classes dominantes diante da permanência da crise.

Palavras-chave

Reforma Trabalhista | Trabalho | Brasil | Política Brasileira | Relação Capital-Trabalho

397. O IMPACTO DO NOVO REGIME FISCAL (EC 95) NA DISTRIBUIÇÃO DO GASTO PÚBLICO FEDERAL EM MEIO A PANDEMIA

Osmar G. Alencar Jr. (UFDFPar)

Resumo

O artigo tem como objetivo verificar como novo regime fiscal alterou a distribuição do gasto público federal, em relação ao gasto social e ao gasto financeiro. Para tanto utilizou como variáveis de análise o montante do gasto público e das despesas não financeira e financeira da União no período 2015-2020; a participação das despesas não financeira e financeira no montante do gasto público da União; o montante dos gastos social e financeiro da União; a participação do montante dos gastos público Total, Social e Financeiro da União em relação ao PIB do Brasil. O Novo Regime Fiscal contribuiu para desacelerar o crescimento do gasto público federal, reduzir as despesas não financeiras, por consequência os gastos sociais, e aumentar as despesas financeiras.

Palavras-chave

Regime Fiscal | Gasto Social | Gasto Financeiro

398. OS LIMITES POLÍTICOS E ECONÔMICOS DE UMA ECONOMIA NO PLENO EMPREGO: UMA ANÁLISE SOBRE O PROGRAMA EMPREGADOR DE ÚLTIMA INSTÂNCIA

Daniel Silva (UNIFESSPA)

Resumo

Dentre as análises que buscam encontrar instrumentos para a superação do desemprego, a Teoria Monetária Moderna (TMM) se destaca por apresentar uma proposta de eliminar este problema através do Programa Empregador de Última Instância (ELR). Nesse Programa, o Estado atua diretamente como contratante da força de trabalho em substituição da iniciativa privada. Partindo da análise do ELR, este trabalho procura discutir quais as possibilidades concretas de uma economia conviver em uma situação de pleno emprego. Para alcançar esse objetivo, além de apresentar as bases teóricas do Programa, o trabalho utiliza a contribuição de Kalecki e a abordagem marxista do Exército Industrial de Reserva (EIR) para apontar alguns dos limites do pleno emprego. O trabalho conclui que, na visão de Kalecki, as barreiras políticas para o pleno emprego podem ser superadas, e na análise marxista é possível aceitar uma sociedade capitalista sem desempregados se isso não significar o fim do EIR.

Palavras-chave

Teoria Monetária Moderna | Empregador de Última Instância | Desemprego

411. BALANÇO DOS IMPACTOS DA CRISE DA COVID-19 SOBRE O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO EM 2020

Lauro Mattei (UFSC); Vicente Loeblein Heinen (UFSC)

Resumo

O objetivo deste estudo é analisar os impactos da crise associada à pandemia da Covid-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro até o final de 2020. Para tanto, são utilizadas principalmente informações da PNAD Contínua, visando identificar o comportamento da força de trabalho, a dinâmica do desemprego, as principais características dos postos de trabalho perdidos e os efeitos sobre a renda do trabalho no período. O mercado de trabalho nacional foi fortemente atingido a partir de março de 2020, registrando quedas inéditas no nível de ocupação. Os trabalhadores mais prejudicados foram aqueles que se encontravam em ocupações informais e mais flexíveis, com menor grau de proteção social. Com a contração da população ocupada e do número de horas trabalhadas, houve uma intensa queda nos rendimentos do trabalho, destacadamente nas menores faixas salariais. Com isso, a pandemia pode ter deflagrado a pior crise da história do mercado de trabalho brasileiro, com impactos duradouros sobre os níveis de emprego e renda.

Palavras-chave

Pandemia | Desemprego | Informalidade | Rendimentos do Trabalho

ÁREA 8. ACUMULAÇÃO, INDÚSTRIA E TRANSFORMAÇÃO TECNOLÓGICA

287. A NOVA ONDA DO IMPERADOR: CADEIAS GLOBAIS DE VALOR E O DEBATE DO IMPERIALISMO NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI

Gabriel Oliveira de Carvalho Senra (UNICAMP)

Resumo

O debate marxista do imperialismo na década de 2010 envolveu contribuições que buscaram avançar na compreensão da estrutura interna da globalização neoliberal a partir de uma interpretação crítica das teorias das cadeias globais de valor. Esses trabalhos contêm muitos elementos comuns, mas são justamente suas divergências que iluminam os aspectos decisivos da crise estrutural de acumulação nos anos 1970 e as saídas encontradas pelo capital. Neste texto, retomamos os elementos centrais do debate e, a partir de uma síntese crítica das diferentes interpretações, buscamos evidenciar os principais avanços e deficiências da interpretação marxista acerca das novas formas de atuação das corporações multinacionais e suas consequências para a estrutura do mercado mundial.

Palavras-chave

Imperialismo | Cadeias Globais de Valor | Corporações Multinacionais

297. CADEIAS GLOBAIS DE VALOR E ECONOMIA POLÍTICA

Clarissa Black (SPGG-RS)

Resumo

Este artigo propõe uma interpretação da economia política para o surgimento do processo de fragmentação produtiva internacional em Cadeias Globais de Valor (CGV). Primeiramente, foram resgatados os principais elementos da economia neoclássica, com destaque para o papel da economia dos custos de coordenação e de transação. O marco teórico das CGV, na área da sociologia econômica, destacou a governança e a assimetria de poder entre as firmas, em função principalmente de elementos técnicos da produção. Nesse ponto, este artigo propõe resgatar as contribuições da economia política, para dar racionalidade a esse processo, o qual não decorre exclusivamente de razões técnicas ou tecnológicas. Nesse sentido, a interpretação sugerida neste artigo é a de que três diferentes palcos de disputa pelo poder e pelo capital circunscrevem o desenvolvimento da fragmentação internacional em CGV, a qual é fruto da competição interestatal (pela hegemonia e pelo domínio de regiões periféricas), intercapitalista (entre empresas dentro e fora das cadeias) e entre as classes, de modo a reduzir a barganha do trabalho e aumentar o poder do capital.

Palavras-chave

Cadeias Globais de Valor | Fragmentação Produtiva Internacional | Economia Política | Direitos de Propriedade Intelectual

323. PROPRIEDADE INTELECTUAL EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Pollyanna Paganoto Moura (FACELI)

Resumo

A instituição do TRIPS (Agreement on Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights) em 1994, representou um marco no corolário internacional para o tratamento das diretrizes legais de propriedade intelectual. As grandes mudanças que esse acordo representou para a comercialização e regulamentação da propriedade intelectual em esfera mundial, ensejou uma gama de análises e debates sobre o tema. À luz dessas transformações, buscaremos em nosso artigo compreender o significado e implicações que esse Acordo traz para as economias capitalistas através de uma perspectiva histórica. Isto é, resgataremos o processo de constituição da legislação de propriedade intelectual até esta alcançar sua forma mais desenvolvida, o TRIPS. Veremos com isso que esse Acordo representa mais uma peça no jogo de disputas políticas no cenário mundial.

Palavras-chave

Propriedade Intelectual | Trips | Tecnologia

331. AS CHAMADAS INDUZIDAS DA FAPESP COMO INSTRUMENTOS DE UMA POLÍTICA DE INOVAÇÃO PELO LADO DA DEMANDA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O SIRIUS, A NOVA FONTE DE LUZ SÍNCROTRON BRASILEIRA

Emanuel Galdino (EACH/USP); Anapatricia Morales Vilha (UFABC); Ramon Garcia Fernandez (UFABC)

Resumo

O Sirius é considerado a maior e mais complexa infraestrutura científica brasileira. Este aspecto singular possibilitou ao projeto estimular a pesquisa e o desenvolvimento e a capacitação tecnológica nas empresas que produziram os insumos, serviços e produtos inovadores utilizados na sua construção. Este artigo analisa um dos instrumentos aplicados para promover a difusão tecnológica dessa cadeia de fornecedores, a chamada induzida da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), uma das principais agências de fomento do Brasil. O estudo revelou a importância da troca de conhecimento, entre quem demanda a nova tecnologia e quem a produzirá, para o sucesso e ganho mútuo das Políticas de Inovação pelo Lado da Demanda. Em complemento, foi possível observar que o estímulo ao desenvolvimento tecnológico pode ser ainda mais acelerado e eficaz quando esse relacionamento acontece com uma demandante altamente capacitada tecnologicamente e aberta ao diálogo.

Palavras-chave

Sirius | Fapesp - Inovação pelo lado da Demanda | Luz Síncrotron | Políticas Públicas de Ciência e Tecnologia

337. CAPITALISMO DE PLATAFORMAS, CORROSÃO DEMOCRÁTICA E A CONSOLIDAÇÃO DO CIBERTARIADO NO BRASIL

Marcela Nogueira Ferrario (UNILA); Carlos Henrique Vieira Santana (INCT-PPED)

Resumo

A consolidação global do capitalismo de plataformas tem provocado uma transformação de larga escala nos padrões de acumulação e organização do trabalho. Entre as características desse novo padrão se encontram mecanismos de extração não consentida de dados privados dos usuários das plataformas, por meio de instrumentos de rastreamento que tornam a rentabilidade das plataformas dependente de uma arquitetura de vigilância. Duas tendências parecem emergir de forma bastante clara: a perda da privacidade dos usuários e seus efeitos sobre a sociabilidade democrática; e o protagonismo dessas plataformas para consolidação de regimes de trabalho precários. Para compreender o perfil médio dos usuários das plataformas digitais vamos realizar um levantamento empírico exaustivo e estratificado dos trabalhadores e usuários de aplicativos de transporte, a partir dos microdados de CETIC de 2015 a 2018. Adicionalmente, o artigo avalia se tais plataformas causaram a redução nos rendimentos dos motoristas de veículos, por meio do emprego do procedimento de Heckman, a partir dos microdados da PNADC-IBGE de 2012 a 2019. Tendo esse conjunto de fatores em vista, o objetivo desse artigo é contribuir com um esforço empírico e analítico sobre a expansão do capitalismo de plataformas, estabelecendo possíveis correlações com a recente deterioração da sociabilidade democrática e do mercado de trabalho no Brasil.

Palavras-chave

Brasil | Democracia | Mercado de Trabalho | Economia Digital | Precariado

345. OS LIMITES DA CONTRIBUIÇÃO DA INDÚSTRIA AO DESENVOLVIMENTO NOS PERÍODOS LULA E DILMA: A CONSOLIDAÇÃO DE UMA NOVA VERSÃO DO INDUSTRIALISMO PERIFÉRICO?

Antonio Carlos Diegues (UNICAMP-IE)

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar os limites da contribuição da indústria brasileira ao desenvolvimento em dois momentos qualitativamente distintos: o ciclo de relativa pujança entre 2003 e 2010 e a desaceleração e reversão entre 2011 e 2015. Para tal utiliza-se a metodologia de decomposição estrutural por meio da técnica de shif-share, a fim de se mensurar tal contribuição em três dimensões: (i) produtividade, (ii) salários e remuneração média e (iii) sofisticação das exportações em relação às importações. Como resultados, o artigo traz elementos que sugerem a consolidação de um padrão de organização estrutural da indústria brasileira que limita sua capacidade de contribuição ao desenvolvimento independente dos econômicos domésticos. Esses limites seriam materializados na incapacidade de se engendrar um ciclo de desenvolvimento virtuoso que viabilizasse a reconfiguração da estrutura produtiva em direção a atividades que

umentem a produtividade, a remuneração média e o grau de sofisticação das exportações em relação às importações. Por fim, conclui-se que estes limites estariam associados ao fenômeno que este artigo sugere que seja interpretado como uma nova versão do industrialismo periférico (e agora regressivo).

Palavras-chave

Indústria | Desenvolvimento | Transformação Estrutural | Periférico

347. POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNO-NACIONALISMO E INDÚSTRIA 4.0: A GUERRA TECNOLÓGICA ENTRE CHINA E EUA

Antonio Carlos Diegues (UNICAMP-IE); José Eduardo Roselino (UFSCAR)

Resumo

Este artigo analisa a evolução da guerra tecnológica entre China e EUA em um contexto de exacerbamento das estratégias tecno-nacionalistas de desenvolvimento industrial e tecnológico. Parte-se da hipótese de que tais políticas, ao impulsionarem as tecnologias características da Indústria 4.0, têm como objetivo forjar um novo paradigma tecno-econômico e reconfigurar as bases sob as quais se assentam a dinâmica da concorrência intercapitalista e interestatal. A principal contribuição pretendida pelo trabalho é a análise das implicações da Guerra Tecnológica entre China e EUA a partir da segmentação do paradigma tecno-econômico da Indústria 4.0 em diferentes camadas, para além do debate tradicional acerca da transição para as redes 5G.

Palavras-chave

Guerra Tecnológica | Tecno-Nacionalismo | Indústria 4.0 | Política Industrial | Economia Chinesa

356. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA MACROMETROPOLE PAULISTA: A NOVA ESPACIALIDADE URBANA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

Gabriel A. A. Rossini (UFABC); Suzana Pasternak (USP); Cristiana Froes de Borja (UFABC)

Resumo

A partir das informações do Valor de Transformação Industrial (VTI) presentes no Mapa da Indústria Paulista (SEADE, 2019) este artigo tem por objetivo discutir a dinâmica econômica-industrial entre 2003 e 2016 da Macrometrópole Paulista (MMP). Primeiramente, além de apresentar a MMP, contextualiza-se seus movimentos no percurso da indústria brasileira nas últimas décadas. Em seguida, analisa-se a evolução e o perfil setorial do VTI na MMP, ressaltando-se seus movimentos no Município de São Paulo (MSP), no Anel Metropolitano (AM) e no Entorno Macrometropolitano (EM). Os dados evidenciam que o MSP vivenciou perdas no peso relativo do VTI macrometropolitano em todos os tipos de bens (principalmente nos bens de capital). O Anel Metropolitano do mesmo modo enfrentou perdas em relação ao seu peso relativo na MMP em todas as atividades (principalmente em categoria bens de consumo

duráveis), conquanto menos acentuadas do que aquelas verificadas no MSP, o que pode ser atribuído à gradual saída da indústria do ABC paulista. Por seu turno, o EM teve ganhos relativos em todos os tipos de bens, com destaque para os bens de capital. Os resultados corroboram a hipótese da hierarquia da desconcentração industrial da RMSP, segundo a qual notadamente os setores mais dependentes de custos e de menor intensidade de tecnologia apresentariam tendências centrifugas em relação à MMP e, sobretudo, à RMSP.

Palavras-chave

Restauração Produtiva | Indústria de Transformação | Desenvolvimento Regional | Macrometrópole Paulista

373. PETROBRAS: DE PROMOTORA DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL A MAXIMIZADORA DE RIQUEZA PARA O ACIONISTA?

Dáphine Terra Americano (UFABC)

Resumo

O artigo busca mostrar a trajetória da Petrobras durante os anos 2000 com o objetivo de responder à questão: a empresa passa por um processo de financeirização sob o enfoque do princípio de governança corporativa de maximização de riqueza acionária? Tem-se como características desse princípio a redução em investimentos com capital humano e em investimentos produtivos e a distribuição de renda favoráveis a acionistas. Com a hipótese de que a empresa passa por esse processo será realizada uma análise da evolução do gasto em investimento produtivo da empresa durante os anos 2000. Além disso, será efetuada uma pesquisa documental através dos Planos Estratégicos e dos discursos dos Presidentes e uma análise o comportamento dos gastos da companhia em P&D e em capital humano e da razão entre a remuneração dos White collors e dos blue collors workers.

Palavras-chave

Petrobras | Financeirização | Maximização da Riqueza Acionária

ÁREA 9. GÊNERO, RAÇA E ECONOMIA POLÍTICA

312. UMA ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO NO CONTEXTO DA CRISE ECONÔMICO-SANITÁRIA DE 2020: EFEITOS SOBRE AS MULHERES, SUA SAÍDA DA FORÇA DE TRABALHO E SUA INDISPONIBILIDADE

Daniela Salomão Gorayeb (FACAMP); Camila Veneo Campos Fonseca (FACAMP); Juliana Filleti (FACAMP); Juliana Cajueiro (FACAMP)

Resumo

A crise sanitária e econômica desencadeada pela pandemia da Covid-19 em 2020 encontrou no Brasil um cenário já instalado de crise econômica. Nesse contexto, os efeitos das medidas para conter a crise econômico-sanitária se sobrepuseram a um mercado de trabalho já desestruturado e deteriorado. As mulheres, que sempre enfrentaram uma maior vulnerabilidade na sua inserção no mercado de trabalho, foram duplamente afetadas. Por um lado, pelo fechamento de postos de trabalho, por outro lado, pela redução das redes de apoio. O objetivo deste estudo é discutir os principais movimentos no mercado de trabalho durante o ano de 2020, com enfoque nas condições das mulheres e no movimento atípico registrado no mercado de trabalho (e fora dele) nesse ano. Pelos movimentos que a crise sanitária impôs à dinâmica dos postos de trabalho e das famílias e pelo impacto econômico promovido pelo auxílio emergencial na renda, o ano de 2020 teve como principal resultado o aumento da precarização do trabalho das mulheres, com destaque para dois movimentos: (i) a saída das mulheres da força de trabalho e entrada na força de trabalho potencial, associada ao aumento do grupo indisponível; (ii) a saída da força de trabalho e inclusão na população que está fora da força de trabalho ampliada em função da renda emergencial.

Palavras-chave

Crise Econômica | Pandemia | Mercado de Trabalho | Gênero | Vulnerabilidade

328. DESAFIOS DE LUTA E RESISTÊNCIA NO TRABALHO TERCEIRIZADO: UM ESTUDO DE CASO COM AUXILIARES DE LIMPEZA

Lara Borin Campoli (USP)

Resumo

Nas últimas décadas, com a consolidação das políticas de caráter neoliberal, a terceirização passou a ser uma das modalidades de contratação de mão de obra que mais cresceu. Seu avanço apresenta importantes impactos nas condições laborais e vida da classe trabalhadora, contribuindo decisivamente para o aumento de sua heterogeneidade e fragmentação. A crescente precarização eo enfraquecimento da organização sindical consequentes do processo de flexibilização do trabalho apontam para a necessidade de construção de novas estratégias de luta e ação coletiva. Esse artigo pretende, por meio de um estudo de caso com auxiliares de limpeza terceirizadas de uma

universidade pública, analisar as conseqüências diferenciadas da terceirização segundo raça e gênero, identificar os principais obstáculos para a organização das trabalhadoras e lançar luz sobre algumas práticas opositivas capazes de confrontar e resistir à degradação do trabalho.

Palavras-chave

Terceirização | Precarização | Fragmentação | Trabalho Feminino | Resistência

401. REVISITANDO MARX: ENSAIO SOBRE O PAPEL DAS MULHERES NA DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO

Thaine Silva Martins (UFMG)

Resumo

O objetivo do presente trabalho é compreender como o regime de acumulação Capitalista se manifesta na vida das Mulheres. Para tanto, recorre-se à reconstituição de conceitos-chave, por meio de revisão histórica da formação do mercado de trabalho e das relações sociais de classe e sexo no centro capitalista, extraídos de campos da Sociologia do Trabalho, da Economia do Trabalho e da Economia Feminista. A investigação é balizada por tais conceitos como a divisão sexual do trabalho, trabalho produtivo, trabalho reprodutivo, exploração e expropriação.

Palavras-chave

Acumulação | Gênero | Economia Feminista | Reprodução

ÁREA 10 – ÁREA ESPECIAL: ECONOMIA POLÍTICA DA AGROPECUÁRIA E DA MINERAÇÃO

318. AS CONDIÇÕES DE MORADIA DAS FAMÍLIAS POBRES E EXTREMAMENTE POBRES EM UMA CIDADE MINERAL DA AMAZÔNIA: O CASO DE CANAÃ DOS CARAJÁS - PA

Rithielly Sousa (Unifesspa); Daniel Silva (Unifesspa)

Resumo

Entre os serviços necessários para uma condição de vida digna, a habitação é considerada a mais básica, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). Partindo dessa constatação, o presente artigo tem como objetivo apresentar e analisar as condições habitacionais das famílias em situação de pobreza monetária em um dos principais municípios minerados do Brasil: Canaã dos Carajás, que fica localizado no Estado do Pará. Por meio de uma revisão bibliográfica e análise de dados do Cadastro Único, esse trabalho busca apresentar um panorama das condições habitacionais da população mais pobre desse município mineral da Amazônia brasileira. Os principais resultados apontam que as famílias inscritas no Cadastro Único que residem em Canaã dos Carajás possuem dificuldades de acesso a serviços como abastecimento de água e coleta direta de lixo, especialmente na Zona Rural e entre os grupos menos escolarizados. Contudo, há evidências de que as políticas habitacionais a nível federal, estadual e municipal desenvolvidas no município nos últimos anos vem contribuindo para a redução dos problemas nas condições de moradia na população inscrita no cadastro, sem, contudo, alterar as causas estruturais dessa realidade.

Palavras-chave

Condições de Moradia | Pobreza | Município Minerado | Canaã dos Carajás

394. FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SETOR EXTRATIVO BRASILEIRO: REFLEXÕES SOBRE ELEMENTOS CONSTITUCIONAIS E TRAJETÓRIAS SETORIAIS ENTRE 1930 E 1988

João Victor Machado (UNICAMP); Daniel Monte Cardoso (UNICAMP); José Augusto Gaspar Ruas (FACAMP)

Resumo

O objetivo da pesquisa é apresentar alguns elementos da formação e evolução histórica do setor extrativo brasileiro entre 1930-88, tendo como foco a investigação das relações entre aspectos regulatórios/constitucionais e trajetórias setoriais. O trabalho testa a hipótese de estabilidade do papel de liderança estatal e de suas relações com o planejamento da industrialização brasileira, mesmo quando foram promovidas regulamentações liberalizantes e maior abertura ao capital estrangeiro. Do ponto de vista metodológico, primeiramente, a pesquisa revisa as cartas constitucionais,

posteriormente, descreve a evolução de elementos da história do setor mineral, com foco em aspectos regulatórios e as trajetórias da Petrobras e da Companhia Vale do Rio Doce. Por fim, contrapõe ambas as análises nas considerações finais. Os resultados indicaram que foram garantidos tanto a soberania nacional sobre o subsolo, quanto a prevalência da estabilidade no papel de liderança estatal, mesmo quando o texto legal autorizou maior presença de grupos estrangeiros.

Palavras-chave

Petróleo | Mineração | Marco Regulatório

402. METABOLISMO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO AUTOFÁGICO DO CAPITAL: UM SOBREVIVO SOBRE O PADRÃO DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL DO GOVERNO BOLSONARO

Daniel Jeziorny (UFBA)

Resumo

Neste trabalho, a partir do conceito (marxiano) de metabolismo social – em contraste com o conceito de metabolismo ecossistêmico (próprio da economia ecológica) –, jogou-se luz sobre as repercussões ecossistêmicas que o atual padrão exportador de especialização produtiva implica no substrato de nossa existência, especialmente no que diz respeito à criação de condições objetivas para o surgimento de pandemias que ameaçam seriamente a humanidade.

Palavras-chave

Metabolismo Social | Metabolismo Ecossistêmico | Padrão de Reprodução do Capital | Pandemias

RESUMOS COMUNICAÇÕES

308. FRIEDRICH LIST E A REAÇÃO PROTECIONISTA NA VIA TARDIA

Matheus Matos (UFVJM)

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o ressurgimento da teoria protecionista após a Revolução Industrial como forma de equiparar os países de capitalismo atrasado à Inglaterra durante o século XIX. O texto se concentra no caso alemão com a teoria do Sistema de Economia Nacional de Friedrich List, estabelecendo ligação entre suas formulações e a defesa dos interesses germânicos. Para alcançar tal meta, será dividido em três partes, a primeira analisará a situação econômica e social europeia após a Revolução Industrial, assim como as características desta etapa do capitalismo. Em seguida será apresentada a teoria protecionista de List, sua ligação com os problemas e as necessidades da Alemanha no momento em que escreveu e por fim, a influência do protecionismo de Alexander Hamilton em sua obra.

Palavras-chave

Protecionismo | Liberalismo e Desenvolvimento

320. UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DA SUDENE POR CELSO FURTADO

Evânia Gonsalves Soares Silva (UFVJM); Gabriela Ribeiro Silva (UFVJM)

Resumo

Este artigo busca compreender como o pensador brasileiro Celso Furtado discutiu os principais problemas do Nordeste brasileiro e como tentou realizar propostas de desenvolvimento socioeconômico para essa região. O objetivo é entender como ele interpretou a região nordestina, a partir de uma análise de determinantes internos e externos, utilizando o método histórico e estrutural. Para isso, é importante estudar várias de suas obras, analisando o seu ponto de vista sobre a formação social do Nordeste, no período colonial, até as propostas que fez para o desenvolvimento nordestino que culminaram na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), durante o governo de Juscelino Kubitschek.

Palavras-chave

Celso Furtado | SUDENE | Subdesenvolvimento | Nordeste

403. A GLOBALIZAÇÃO COMO UM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Lays Hesse Andrade Silva (UFES); Maicon da Silva Pinto de Oliveira (UFES)

Resumo

Este artigo tem como objetivo compreender o processo de Globalização, a partir da leitura de Stiglitz (2002), Chesnais (1998) e Hobsbawm (1995), apontando algumas de suas consequências sociais e econômicas, como o aprofundamento das desigualdades entre países. Para tal, analisa-se três processos essenciais ocorridos no século XX, as Revoluções Cultural e Social no período da Era de Ouro do Capitalismo (1945-1973) e o Consenso de Washington, em 1989.

Palavras-chave

Revolução Social | Revolução Cultural | Consenso de Washington | Globalização

283. NOTAS CRÍTICAS SOBRE A CRISE DE REALIZAÇÃO NO CAPITALISMO DEPENDENTE

Daniel Guzzo Moratti (UFES)

Resumo

Este trabalho pretende analisar a dinâmica das crises de realização que ocorrem no capitalismo dependente a partir da leitura interpretativa de Ruy Mauro Marini através da Teoria Marxista da Dependência. Utiliza-se do ciclo do capital-mercadoria para chegar às causas dessa modalidade de crise para explicar, com ênfase na segunda fase da circulação, como ocorre esse fenômeno que está subordinado ao capital internacional, considerando uma categoria de análise fundamental para essa investigação, que é a superexploração da força de trabalho. A partir dela, será mostrado como essa categoria é capaz de diminuir o poder de consumo da classe trabalhadora e, conseqüentemente a redução dos meios necessários à sua reprodução, impossibilitando a completude do ciclo do capital, separando violentamente a unidade existente entre as esferas da circulação e produção, que terá por consequência uma crise do capital.

Palavras-chave

Superexploração | Crise | Dependência | América Latina

406. COLAPSO CLIMÁTICO: A INVIABILIDADE DO CAPITALISMO SUSTENTÁVEL E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

Amanda Cristaldo Neis (UFES); Lays Hesse Andrade Silva (UFES)

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar as problemáticas do cenário ambiental global contemporâneo acentuadas pelo aprofundamento das relações capitalistas, a partir, principalmente, da leitura de Sá Barreto, Löwy. Além de apontar algumas estratégias de enfrentamento que vêm sendo aplicadas ao redor do globo, em especial pelas camadas mais jovens, a partir das organizações Fridays For Future e Extinction Rebellion.

Palavras-chave

Mudanças Climáticas | Economia de Baixo Carbono

415. POLÍTICA EXTERNA PARA QUEM? UMA ANÁLISE DA REPERCUSSÃO DO GOVERNO BOLSONARO SOBRE OS FUNDOS DE PRESERVAÇÃO DA AMAZÔNIA

Ana Luiza Silva Teixeira (UFU); Gabriella Valente Cachapuz (UFU); Laís Benevenuto de Azevedo (UFU); Milena Maria de Oliveira (UFU)

Resumo

O presente artigo visa explorar a relação da política externa brasileira com a obtenção ou perda de apoio para fundos internacionais de preservação da Amazônia. Ao longo do trabalho, nos propomos a revisar a dinâmica de funcionamento do Fundo Amazônia e das doações recebidas pelo Brasil durante os governos recentes até o de Jair Bolsonaro, além de estudar como e onde esses fundos são aplicados, bem como responder à seguinte questão: por que e como a política externa do governo Bolsonaro tem afastado investidores internacionais do financiamento de fundos para a Amazônia? Quanto à metodologia do trabalho, será realizada uma recolha bibliográfica e documental acerca do tema, com análise de dados qualitativos de documentação indireta, bem como uma análise comparativa do volume de doações recebidas por cada governo. Além de retratarmos como os governos anteriores e o atual se posicionaram em relação à preservação ambiental, sobretudo no que diz respeito à floresta Amazônica, será analisada a repercussão das ações da política externa ambiental de Bolsonaro, além de salientar seus impactos na percepção internacional sobre a gestão de preservação da floresta.

Palavras-chave

Amazônia | Fundo Amazônia | Política Externa | Financiamento Internacional

301. O GRANDE DEBATE ENTRE O DESENVOLVIMENTO E O CRESCIMENTO ECONÔMICO NA PERSPECTIVA DA CRISE SANITÁRIA NO BRASIL

Carlos Vinícius Marques dos Santos (UEFS)

Resumo

Os países em todo o mundo foram acometidos por inúmeros acontecimentos que impactaram fortemente as suas economias desde a sua existência. Não diferente, o Brasil tem sofrido significativas perdas no que se refere a este setor, desencadeando uma ampla discussão no que tange ao crescimento e o desenvolvimento econômico, fomentado ainda mais pelo surgimento da crise sanitária ocasionada pela Covid-19. Nesta perspectiva, o presente documento objetiva apresentar discussões sobre o desenvolvimento e crescimento econômico, tendo em vista o período da pandemia. Assim, utilizou-se de pesquisa mista de base bibliográfica, por meio de levantamento de dados de base secundária. Em conclusão, alguns pontos merecem atenção de como a situação político-econômica do Brasil vai chegar e quais os pontos serão priorizados: o bem-estar da população; os indicadores de crescimento da economia nacional; geração de empregos e estabilidade da renda e a saúde mental e física.

Palavras-chave

Desenvolvimento e Crescimento Econômico | Pandemia | Desigualdade Social | Emprego e Desemprego | Mercado de Trabalho

342. PANDEMIA, TELETRABALHO E O DIREITO À DESCONEXÃO

Maria Gabrielle Fernandes Vieira de Sousa (Uni9)

Resumo

O presente artigo acadêmico tem como principal finalidade apresentar uma perspectiva geral e atual a respeito do teletrabalho, principalmente no que tange o atual quadro de pandemia que o mundo se encontra. É notável que as relações de trabalho vêm sofrendo alterações intensas nos últimos anos, tendo em vista a influência da modernização dos métodos de informação e comunicação, que passou a possibilitar diversas novas formas de prestação de serviço, vendas e de trabalho. Dessa forma, é necessário que o direito sempre acompanhe os avanços vistos na sociedade, a fim de se regular os possíveis conflitos a se originar a partir dessas mudanças. Assim, essa pesquisa analisou as recentes alterações trazidas para o teletrabalho pela Reforma Trabalhista e sua aplicação no atual cenário pandêmico. Buscou-se realizar uma breve conceituação sobre a definição de teletrabalho quanto a sua inserção, dimensão, eficiência, vantagens e desvantagens diante da reforma trabalhista. O estudo do tema apresentado será amparado pelos artigos 6º e 62 III da Consolidação das Leis do Trabalho, a Lei nº 13.979, o Decreto Legislativo 06 e a Medida Provisória 927. Após essa comparação entre as Leis e o debate dos posicionamentos teóricos, entendeu-se que os trabalhadores que migraram para o regime de Teletrabalho durante o período de pandemia devem sim possuir controle de jornada de trabalho, sob o risco de se colocar em xeque os direitos de proteção trazidos pelo Direito do Trabalho e o prejuízo do direito à desconexão.

Palavras-chave

Teletrabalho | Reforma Trabalhista | Extra Jornada

355. USURPAÇÃO DO FUNDO PÚBLICO: PILHAGEM DE RECURSOS E ATAQUE AOS DIREITOS SOCIAIS

Yan Carlos Nogueira (UFMT)

Resumo

O presente texto apresenta o fundo público enquanto categoria fundamental para a compreensão do capitalismo em crise, sendo essencial as lutas da classe trabalhadora. Buscamos demonstrar que o contexto de recessão impõe desafios para o fortalecimento das políticas sociais, com destaque para a seguridade social, em vista dos processos de privatização do fundo público. Nesse sentido, com a hegemonia do capital portador de juros a partir dos anos 1990, os serviços da dívida tem se configurado como mecanismo prioritário de seus lucros. Assim, os capitalistas rentistas vem se apropriado de parcelas

significativas do orçamento, expressão mais visível do fundo público, valendo-se de instrumentos de gestão como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Desvinculação de Receitas da União (DRU) e o Novo Regime Fiscal (NRF), o que ocorre em detrimento da universalização de direitos sociais. Aponta que, mesmo os governos ditos de “esquerda”, continuaram a comprometer a política econômica com os ditames do grande capital, cindindo o caráter público das políticas sociais e contribuindo para sua transformação em serviços privados através das contrarreformas.

Palavras-chave

Fundo Público | Seguridade Social | Política Social

399. O CAMINHO BRASILEIRO À UBERIZAÇÃO COMO RESULTADO DE UM ESTADO NEOLIBERAL COMPROMETIDO COM AS FINANÇAS

Ana Flavia Silva de Oliveira (UFU); Danilo Augusto da Silva Horta (UFU); Antonio Neto (UFU)

Resumo

Dedicar análises políticas e econômicas ao tema trabalho se torna cada dia mais imprescindível graças ao avanço do movimento de uberização, que vem tomando forma como uma categoria de trabalho extremamente precarizada. Este artigo contribui para a investigação dos elementos constituintes do processo de uberização. Dentre eles destacamos os alicerces da luta de classes, principalmente no que tange à ação dos sindicatos, articulada ao Estado, que dirige-se a minar a resistência trabalhadora frente às pressões do capital. Assim o fez com a reforma trabalhista de 2017 no Brasil, que, concomitantemente a uma atuação ativa da economia brasileira na ordem da financeirização, revela os benefícios historicamente dedicados aos interesses das finanças por partedo Estado, movendo-se preparado pela ideologia neoliberal para derrubar os direitos conquistados pela classe trabalhadora em prol dos seus objetivos. Portanto, entendemos que há uma lógica na realização da retroalimentação dessas forças que induzem a um discurso de autonomia dos trabalhadores, mas que esconde a negação de direitos e precarização do trabalho.

Palavras-chave

Neoliberalismo | Financeirização | Estado | Uberização | Precarização do Trabalho

368. LAS CLASES TRABAJADORAS INMIGRANTES Y LA TECNOLOGÍA: UN ANÁLISIS COYUNTURAL DE LA PANDEMIA

Andreza Ramos Sant'ana (UNILA); Alberto Leon Henao Montoya (UNILA)

Resumo

El presente artículo busca discutir la precarización de los trabajadores inmigrantes en la coyuntura de la COVID-19, más específicamente los casos mexicano, brasileño y

colombiano. Es bien sabido que el capitalismo, como un modelo de producción, tiene gran responsabilidad en los movimientos migratorios, especialmente cuando se trata del trabajo: hay un numeroso contingente latinoamericano que sale de sus países en búsqueda de mejores condiciones y oportunidades de sobrevivencia. En este artículo, pretendemos hacer un análisis profundo de las condiciones actuales de los trabajadores inmigrantes de aplicaciones de comida y transporte en los países mencionados y cómo estos trabajadores pasan por una ampliación de la explotación, ya que estos servicios son considerados esenciales en muchos países, pero los sueldos continúan bajos y las horas de trabajo, mucho mayores.

Palavras-chave

Uperexplotación | Trabajo | Inmigración | Tecnología

264. MULHERES NA FORÇA DE TRABALHO POTENCIAL NO BRASIL - 2014 A 2020

Fernanda Frota Correia Baeta Neves (UFRJ)

Resumo

A economia brasileira, no período de 2014 a 2020, é marcada por duas fortes recessões, a primeira começando no segundo trimestre de 2014 e finalizada no quarto trimestre de 2019, e a segunda no período atual, iniciada no primeiro trimestre de 2020, devido à pandemia do coronavírus. Mesmo no período de expansão econômica, 2017 a 2019, o mercado de trabalho não apresentou melhoras significativas, permanecendo com altas taxas de desemprego e uma grande população fora da força de trabalho. E, nessas condições mais vulneráveis do mercado de trabalho, a maioria é mulher e negra. O presente trabalho foca nas mulheres na força de trabalho potencial, em especial as desalentadas e as mulheres que não estão disponíveis para trabalhar por serem responsáveis por afazeres domésticos e cuidado de filhos e parentes. Inicia-se com uma contextualização teórica a partir da literatura da Economia Feminista, Teoria da Reprodução Social e Feminismo Negro, que explicam que o sexismo e o racismo no mercado de trabalho brasileiro não são de hoje, mas que persistem desde as épocas da colonização e da escravidão; e depois é desenvolvida uma análise empírica que demonstram a vulnerabilidade das mulheres negras no mercado de trabalho e que essa vulnerabilidade se agravou com a pandemia.

Palavras-chave

Mercado de Trabalho | Desalento | Mulheres | Sexismo | Racismo Estrutural

357. POLÍTICA FISCAL E DESIGUALDADES RACIAIS

Rogério Favaro dos Santos (UNICAMP)

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar, em um panorama geral, a discussão das desigualdades raciais na política fiscal brasileira e no discurso da austeridade, que vêm

limitando o desenvolvimento social e o acesso aos direitos fundamentais. No Brasil, a política fiscal tem forte influência sobre a distribuição e acesso à renda, considerando um mercado de trabalho com tendências discriminatórias e condições precárias de vida a que a população negra, em sua maioria, está submetida. Situação que tem piorado desde que a austeridade fiscal teve início em 2015 e ganha status de política estrutural em 2016, a partir da Emenda Constitucional 95 (EC 95) que institui um novo regime fiscal. A partir daí, se observa um aumento nas taxas de mortalidade infantil, violência, pobreza e desemprego, sobretudo na população negra. Com isso, discutiremos o papel da política fiscal na diminuição das desigualdades raciais. Como resultado temos que a política fiscal é um importante instrumento de combate ao racismo. Tributação socialmente justa, combinada com uma política de gasto público focada nas desigualdades estruturais ajudam no combate das desigualdades raciais. Por outro lado, a austeridade não promove a retomada do desenvolvimento e investimento, ademais, aprofunda as desigualdades, piora as condições de vida da população vulnerável e aumenta a concentração de riqueza e renda nas mãos de uma minoria privilegiada.

Palavras-chave

Política Fiscal | Austeridade | Desigualdade | Racismo | Justiça Fiscal

383. DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA NA PANDEMIA: UM OLHAR SOBRE MERCADO DE TRABALHO

Júlia Freitas de Lima (UFF); Isabela Duarte Kelly (UFF); Déborah Cristina Rodrigues Vitor (UFF); Paula Patrycya Silva Santos (UFF)

Resumo

Embora toda sociedade, em alguma medida, tenha sido impactada pela pandemia de COVID-19, a população mais vulnerável teve sua condição agudizada. Mediante esse cenário, este artigo objetiva analisar qual categoria populacional foi mais penalizada na pandemia em sua condição laboral, considerando fatores identitários de gênero e raça. Comparamos diversos indicadores de mercado de trabalho que captam as condições de inserção com base na PNAD Contínua (IBGE) no período pré e pós pandemia (trimestres de 2019 e 2020). Os indicadores mostram que mulheres e negros reduziram a participação no mercado de trabalho sendo as mais duramente penalizadas em termos de qualidade da inserção no mercado de trabalho e de transição para o desemprego. Em termos de rendimentos, há grande diferença racial, homens e mulheres brancas têm um rendimento bem maior que o de mulheres e homens negros. A pandemia foi devastadora em aumentar as desigualdades entre sexos e entre raças dentro do mercado de trabalho, mas igualmente no trabalho de cuidados/afazeres domésticos. A saída de parte das mulheres do mercado de trabalho é explicada em parte pelas más condições de trabalho, usualmente em trabalhos informais e de mais baixa remuneração, e, sobretudo à sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados que passaram a se deparar com as medidas de distanciamento social e fechamento de escolas. Ao fim do terceiro trimestre

de 2020, houve aumento de aproximadamente meio milhão de mulheres desocupadas e elevação de 3,2 pontos percentuais na taxa de desocupação de mulheres pretas e pardas.

Palavras-chave

Mercado de Trabalho | Pandemia Covid-19 | Gênero | Raça | Desigualdade

393. O EMPREGO DOMÉSTICO E OS CICLOS ECONÔMICOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DESDE 2002 ATÉ A CHEGADA DA COVID-19

Luanna Tomé de Oliveira (UNIFESP)

Resumo

Como possibilidade de estudo sobre o emprego doméstico no Brasil está a análise das condições socioeconômicas dos empregados domésticos ao longo das primeiras décadas do século XXI, diante das flutuações econômicas. Este artigo visa contribuir com a literatura sobre essa forma de trabalho, a partir de discussões conjunturais contemporâneas e retomadas histórico-sociais constitutivas das condições e perfis dos trabalhadores com ocupação no emprego doméstico. Então, na perspectiva da maioria trabalhadora ser do sexo feminino, alocadas em ocupações de baixo nível educacional e baixa qualificação, há a formação relacional da situação desses dois mercados de trabalho aos períodos de crescimento e de retração econômica. Serão utilizados os arcabouços teóricos a cerca desse tipo de trabalho ao fundamentar-se nas questões de gênero, formação de capital e movimentações econômicas, mercado de trabalho feminino, para além das distintas bases de dados do IBGE, responsáveis pelas análises para subgrupos de mulheres, com base na faixa etária e na categorização do emprego doméstico entre mensalista e diarista. A metodologia do artigo contará, portanto, com análises histórico-sociais e estatísticas descritivas responsáveis por apontar como resultados a realidade histórica e atual do emprego doméstico no Brasil com a demonstração da crise constata a qual esse emprego se insere e a que estar por vir na perspectiva pós-pandêmica. Destarte, são em cenários precarizados que sobrevivem milhões de trabalhadoras brasileiras, situação com tendências de pioras dado a crise contemporânea de desemprego, insuficiência de políticas públicas, sendo assim, a crise que para além de sanitária é humanitária.

Palavras-chave

Emprego Doméstico | Ciclos Econômicos | Desigualdade de Gênero | Covid-19

DESCRIÇÃO DOS PÔSTERES

282. UBERIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA NOVA ROUPAGEM DA EXPLORAÇÃO NA CRISE

Daniel Guzzo Moratti (UFES); Otavio Luis Barbosa (UFES)

Resumo

Nas últimas décadas, iniciou-se no Brasil um processo de aprofundamento de relações de trabalho flexíveis e precárias. Nesse movimento, ganha abrangência formas de trabalho através de plataformas de aplicativos, que caracterizam a uberização do trabalho. Este pôster faz parte de uma leitura crítica acerca dessa nova forma de exploração e gerenciamento da força de trabalho no contexto de acumulação flexível do capital. Apresenta-se uma breve contextualização histórica dessa, suas características e como penetra na sociedade em meio a crise.

Palavras-chave

Uberização do Trabalho | Crise | Acumulação Flexível | Exploração | Precarização

327. UMA ECONOMIA ALIMENTAR GRIPADA

João Carlos Barbosa (UFPB)

Resumo

Nas últimas décadas, o ímpeto neoliberal avançou de tal forma que acabou integrando o sistema de produção de alimentos ao capital financeiro. A comida elevou seu status de necessidade básica à commodity, fazendo com que poderosos centros financeiros como Nova York, Hong Kong e Londres obtivessem poder suficiente para ditar as regras da nova ordem alimentar global. Num movimento que deriva do que Patnaik (2020) define como globalização das finanças, o que se objetiva é construir uma reflexão clara sobre a forma pela qual o atual sistema agroalimentar se estrutura, uma vez que a integração direta entre os circuitos do capital e a produção de alimentos traz consigo, direta ou indiretamente, consequências sérias.

Palavras-chave

Sistema Alimentar Global | Neoliberalismo | Covid-19

339. AUXÍLIO EMERGENCIAL, PROTEÇÃO NA PANDEMIA DO COVID-19 E ASSIMETRIAS DE GÊNERO

Anna Isabela Fernandes (UFF); Isabella Corrêa (UFF)

Resumo

O trabalho busca analisar os possíveis efeitos do Auxílio Emergencial sobre as assimetrias de gênero no Brasil, assim como os limites de reforço ou mitigação por parte desse benefício sobre a renda das famílias, durante o período de pandemia causada pela covid-19.

Palavras-chaveAuxílio Emergencial | Gênero | Assimetrias | Pandemia

377. O CARÁTER DESIGUAL E COMBINADO DO PROGRAMA “TRAVESSIA SOCIAL – UMA PONTE PARA O FUTURO”

Thaís Lopes Vasconcelos (UFPB); João Ítalo Almeida da Costa (UFPB)

Resumo

Este trabalho apresenta os resultados parciais da pesquisa de Iniciação Científica (UFPB/PRPG/CNPq) realizada no período de 2020-2021, intitulado: “O caráter desigual e combinado do capitalismo periférico brasileiro”. Tem como objetivo identificar o modelo de desenvolvimento que está presente na agenda política do país a partir de 2016, logo após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. A pesquisa consistiu na busca de elementos que contribuíssem para a análise do objeto de estudo, que fundamentada na crítica da economia política, tem um caráter teórico de abordagem qualitativa de tipo bibliográfica e documental. Dos objetivos da pesquisa, nos atemos a analisar os principais elementos que compõe o capitalismo periférico e o Estado brasileiro em seu processo de ajuste permanente, com vistas a conhecer a implantação do programa “Travessia Social – Uma ponte para o futuro”, do governo de Michel Temer (2016-2018), o qual reduz drasticamente os investimentos nas políticas de saúde, educação e assistência social. No processo investigativo, verificamos que as particularidades impressas em nossa formação econômica e social devem estar presentes nas análises do período mais recente do capitalismo brasileiro. Identificamos que a história do desenvolvimento capitalista na periferia, que foi elaborada a partir da lei do desenvolvimento desigual e combinado, nos permite associar as características de diferentes períodos históricos. Enquanto a crise se manifesta de forma diferenciada em termos geográficos e temporais, é inegável que, entre 2014-2016, impactou com força a América Latina e o Brasil.

Palavras-chaveCapitalismo | Economia Política | Crise

385. REFORMA TRIBUTÁRIA E RENDA BÁSICA, MECANISMOS PARA A ENTRADA DO BRASIL NO SÉCULO 21

Wallace B. Venâncio (UERJ)

Resumo

O presente artigo busca realizar uma discussão sobre a centralidade da reforma tributária e de uma política pública de renda básica num projeto nacional de desenvolvimento que possa superar barreiras estruturais históricas e resultar num ambiente de negócios do Brasil. Nesse trabalho buscamos elucidar como a adoção de uma carga tributária regressiva e descolada de diretrizes de preservação ambiental pode

impactar negativamente não só no produto interno bruto como nos indicadores econômicos de longo prazo do país. Identificamos que uma política como a renda básica no atual cenário econômico nacional tem um impacto positivo não apenas no consumo das famílias como também na arrecadação fiscal, visto isso acreditamos que tal política pública no momento é uma necessidade para o início de um processo de modernização da economia brasileira.

Palavras-chave

Renda Básica | Reforma Tributária | Crescimento Econômico

410. AUXÍLIO EMERGENCIAL: UM DEBATE SOBRE SEU FINANCIAMENTO E A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS EXACERBADAS PELA PANDEMIA DE COVID-19

Paula Patrycya (UFF); Pedro Pregioni (UFF); Sara R. Paixão (UFF)

Resumo

Em meio a crise sanitária de covid-19, parte da população que já vivia em situação de vulnerabilidade encontrou-se desamparada. Como forma de garantir recursos mínimos a esse grupo, o Governo Federal instituiu o Auxílio Emergencial. O presente artigo visa demonstrar os impactos dessa medida para seu público alvo, bem como a questão do financiamento do programa. Para tal, foi realizado um levantamento bibliográfico e utilizados dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Tesouro Direto e Banco Central do Brasil. Com isso, foi possível notar que esse programa foi de suma importância para reduzir desigualdades já existentes e mitigar os efeitos da pandemia entre a parcela mais pobre da população. Entretanto, a questão do financiamento constitui um problema, principalmente por conta de medidas adotadas anteriormente pelo Governo Federal, como o teto de gastos. Sendo assim, com a continuidade da pandemia no ano de 2021, vê-se a necessidade da conservação do Auxílio Emergencial para garantir a integridade econômica e social de pessoas vulneráveis economicamente.

Palavras-chave

Auxílio Emergencial | Renda Básica | Desigualdade Social | Financiamento | Política Fiscal

XXVI Encontro Nacional de Economia Política

**Centralidade do trabalho e crise do
capital no mundo pós-pandêmico**

**“Nada será como antes, amanhã”?
Trabalho, crise e pandemia**

**Universidade Federal de Goiânia, Evento Virtual
8 a 11 de junho de 2021**

ORGANIZAÇÃO:

